



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26/07/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Boa tarde a todos. Com a presença dos Srs.: Vereadores André Santos e Alfredinho, ambos da Comissão de Administração Pública; do Secretário do Verde e Meio Ambiente, sempre Vereador Gilberto Natalini; também contando com os demais Parlamentares: José Police Neto, Dalton Silvano, Reginaldo Tripoli, Gilberto Nascimento, Adilson Amadeu, Camilo Cristófaró e Fábio Riva.

Informo aos senhores que a audiência pública do dia de hoje é para que possamos esclarecer temas sobre parques, praças e planetários que estão na concessão objeto do projeto de lei da Prefeitura de São Paulo, do Prefeito João Doria, estamos discutindo e vamos continuar discutindo, além do que teremos outras audiências públicas do mesmo assunto. Nesse instante, o Secretário Geral e Presidente também o Sr. Wilson Poit, vai abrir a discussão e colocará para as senhoras e os senhores o que poderá transcorrer nas próximas reuniões para que todo mundo saia satisfeito, e que tudo transcorra num clima de harmonia e paz, como tem sido as demais audiências.

Queremos, realmente, que a Prefeitura de São Paulo possa trazer uma parceria com vocês aqui, hoje, no caso, os temas sobre parques, planetários e praças. Passo a palavra então ao nosso Secretário Sr. Wilson Poit. Antes, porém, quero anunciar a presença do Sr. Sérgio Cabral, Diretor da São Paulo Parcerias, bem como a presença do Sr. Fernando Pinheirone, da Diretoria da Secretaria Municipal, Instituto Semeia.

Com a palavra o Sr. Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Boa tarde a todos. É muito prazer estar aqui novamente, uma semana muito importante para o Plano Municipal de Desestatização. É mais uma audiência pública do PL 367 e, hoje, o assunto é concessão de parques, praças e planetários.

Como todos sabem o compromisso do Prefeito João Doria é de que a cidade de São Paulo possa concentrar o seu orçamento, a sua atenção e os seus recursos no que é essencial, no que a Cidade e principalmente a população mais humilde precisam: Educação, Saúde, Habitação, Segurança, Assistência Social.

Então algumas atividades que o Estado não precisa estar presente, em que a Prefeitura não precisa estar presente, até porque tem uma despesa muito grande e uma qualidade de serviço ruim para o habitante da Cidade, que possamos melhorar isso deixando com que os empreendedores, deixando com que concessionários façam a gestão e nós, a Secretaria do Verde – está aqui meu amigo Dr. Gilberto Natalini – e demais Secretários possam fazer a fiscalização desses serviços.

Não se trata, de novo, mais uma vez, de explicar para vocês, que esse é um projeto de concessão, não estamos vendendo nada, não estamos privatizando os parques, é uma concessão, ou seja, durante um período pré-determinado um concessionário fará a gestão do parque sob a fiscalização da população e do setor público e terá contrapartidas por isso.

Mais importante que eu tenha, talvez, para dizer aqui hoje para abrir essa reunião: foi convocado um Procedimento de Manifestação de Interesse, e o que é? Foi divulgado no *Diário Oficial* quem são as pessoas físicas, associações, empresas, organizações sociais que querem se candidatar à gestão dos parques. Como os senhores sabem 26 agentes se inscreveram e 21 estão autorizados, já estão trabalhando em projetos. Mas tem três premissas básicas extremamente importantes.

Primeira delas: só vai ser concessionário de um parque quem respeitar que jamais a população pagará ingresso para entrar no parque; nunca será pago ingresso em parque nenhum. Segunda: o concessionário deverá assumir toda a despesa do parque, seja de segurança, manutenção e de manejo. E terceira: fazer investimentos no parque, investimentos em infraestrutura, banheiros dignos da nossa população, restaurantes.

Então são essas três premissas básicas. Primeiro, novamente: jamais a população pagará ingresso ou terá controle de entrada no parque. Segundo, vai ganhar também quem fizer a maior quantidade de investimentos no parque. E terceiro: assumir toda a despesa do parque. A cidade de São Paulo tem, hoje, 107 parques, e como vocês verão aqui, dos últimos anos, chegamos a gastar em um ano R\$ 180 milhões com custeio e com manutenção dos

parques, com segurança, e não tivemos qualidade de serviços. Como vocês sabem, conhecemos os parques mais famosos, os principais, mas muitos parques não têm segurança, não têm iluminação nem banheiros dignos, não têm água nem privada, não têm torneiras. Outros ainda estão com os brinquedos quebrados, com atendimento muito ruim e não conseguem reter as famílias lá visitando. E esse dinheiro que a Prefeitura gasta com a manutenção desses parques – que esse ano já será bem menor, o Secretário Natalini vai falar sobre isso aqui – tem de ser direcionado diferentemente disso e sim para o que a população mais precisa que é Educação, Saúde, Habitação, Segurança, como repetimos aqui e temos falado todos os dias.

Hoje é o início, é uma audiência pública que abre para outras que acontecerão no mês de agosto, assim como teremos outras mais no terceiro, quarto trimestre deste ano, quando tivermos a licitação, porque não está pronto o projeto de lei, ele foi trazido para essa Casa para que seja enriquecido e melhorado, e a opinião dos senhores, hoje, serão anotadas, estaremos aqui anotando todas as sugestões, as perguntas, as dúvidas principais podemos responder aqui hoje, mas, principalmente, queremos ouvir sugestões, preocupações e contribuições para construirmos um projeto de lei forte e que a modelagem seja definida. Não está resolvido qual será a modelagem. Estamos aqui justamente para ouvir, é uma audiência pública, e também o Procedimento de Manifestação de Interesse, que temos agora 21 agentes trabalhando nisso, sozinhos ou em consórcios de empresas, de pessoas físicas, de associações. Receberemos os estudos de todos eles. Eles têm 60 dias, vai vencer agora no final de agosto, é isso? (Pausa) Daí, sim, construiremos um edital de licitação e, antes dele ser colocado no mercado, de novo teremos audiências públicas. E certamente só faremos isso após a aprovação desse projeto de lei por essa Casa.

E quais as contrapartidas que esse concessionário vai receber? Por que alguém vai adotar, e ser concessionário de um parque e nunca vai cobrar ingresso da população, e tem de fazer um melhor remanejamento, ficar com toda a despesa e ainda fazer investimentos? O que ele

recebe em troca disso. Voltamos a dizer, como já falamos aqui, e temos falado na mídia inclusive ultimamente esse não é um negócio financeiro de grande impacto para o agente que for concessionário. É um negócio de grande impacto para a população, ter parques limpos, melhores, com mais segurança, com mais iluminação e que o custo da Prefeitura seja zerado na medida do possível ou reduzido ao máximo possível e seja empregado em atividades essenciais, que a nossa população mais humilde está mais precisando.

E o que o concessionário vai poder ter como contrapartida? Renda de estacionamento, renda de alimentos e bebidas, instalar uma rede de *wi-fi* e ter comercialização disso, aluguel de bicicletas, realização de eventos nunca cobrando da população que frequenta o parque, mas cobrando do patrocinador do evento. Já temos isso em São Paulo, mas podemos ter muito mais. quem vai pagar pelo evento é a empresa patrocinadora do evento.

Com essas e outras alternativas é que o PMI está na rua, justamente para ouvir contribuições, quais são as outras formas de contrapartida que podem remunerar o concessionário para que ele faça a gestão do parque, ofereça a segurança do parque.

E outra coisa, que ele respeite os permissionários que estão no parque hoje e os contratos que temos hoje com teatros ou com museus. Quem está no parque hoje tem contratos que têm de ser respeitados e isso vai estar no contrato, vai estar no edital. Outros, que são mais recentes, de empresas amigas da Cidade, vencerão durante o período de transição entre o Poder Público e o setor privado, que vão fazer essa gerencia.

Esse é um projeto para modernizar a cidade de São Paulo. Várias cidades do mundo já fazem isso e a cidade de São Paulo está precisando, nós temos uma crise financeira muito grande, os senhores sabem que falta dinheiro para muitos setores da Cidade e o que a população mais precisa esse projeto também vai contribuir.

Tenho quatro ou cinco slides aqui antes de passar a palavra ao Secretário Natalini. Então, queria pedir para colocar o próximo, por favor. De novo, repetindo então que são 107 parques municipais, 180 milhões de custos na operação desses parques em 2015. Aí é o

Ibirapuera, aquele que tem o maior custo para a Cidade de 29 milhões de reais. Temos contrato de vigilância e manejo reduzidos ou interrompidos nesse momento, como dirá aqui o Dr. Natalini, na maioria dos parques. Lembrando também que a evolução do número de parques e o orçamento da Secretaria tem caminhado em direção totalmente oposta. De 2008 para 2016 esse orçamento caiu de 211 para esse ano, já contingenciado para 146 e a quantidade de parques aumentou de 49 para 107 parques em toda a Cidade.

Por favor, Bia, você pode mudar o slide? Aqui algumas notícias que são decorrentes e presentes na mídia todos os dias em jornal, em televisão, que os senhores têm acompanhado sobre falta de manutenção, sobre segurança, sobre iluminação e problemas nos parques. Pode seguir. Algumas fotos de parques, nós temos parques em São Paulo muito bonitos, mas em alguns está difícil ficar por falta de segurança, como eu disse, por falta de banheiros, às vezes por falta d'água, de iluminação e alguns que o mato está dando no peito. Quer dizer, temos parques muito complicados. Por outro lado, temos que lembrar que temos dois parques em São Paulo que hoje já não têm dinheiro público e que já têm convênios com a iniciativa privada, como é o caso do Burle Marx e o Parque do Povo. Nesse caso, mantidos por empresas e que têm um aspecto muito bom. Vocês conhecem esses parques sem nenhum custo para os cofres públicos.

Algumas fotos mostrando o potencial dos nossos parques e muitas riquezas, muitas coisas bonitas que temos escondidas em parques, que podem ser muito mais frequentados. Ano passado passaram pelos parques municipais 38 milhões de pessoas. Imaginem quanto mais pessoas não podem passar, qual o impacto social de tudo isso se tiver mais segurança, se tiver mais limpeza, se tiver banheiros, se puder reter a família um domingo todo, um sábado todo. Aqui um resumo do projeto, talvez esteja um pouco poluído esse *slide*, mas nós fizemos a publicação do Procedimento de Manifestação de Interesse em maio. Durante o mês de junho recebemos, dentro do prazo legal, 26 proponentes, 21 agentes foram autorizados - e aí fica muito claro e os senhores já sabem -, estão participando pessoas físicas, associações,

empresas que querem ser amigas da Cidade, agências de publicidade, gente que está em consórcio, 21 já estão trabalhando e entregarão projetos e estudos até o final do mês de agosto, quando tem um prazo final de entrega. Receberemos estudos, propostas para 14 parques. Escolhemos 14 dos 107 parques, não porque serão esses 14, mas é uma amostragem, para que ninguém gaste dinheiro e projeto fazendo projeto em todos os parques.

Foram escolhidos parques das quatro regiões da Cidade, parques grandes, parques menores, para que a gente tenha uma ideia do interesse e das contrapartidas solicitadas. A partir disso, vamos escolher as melhores ideias, vamos voltar em outubro aqui nesta Casa e também nos parques, fazendo mais audiências públicas e ouvindo a contribuição de todos para no mês de novembro, dezembro no máximo colocarmos a licitação na rua e escolhermos os ganhadores e deveremos separar os parques em lotes. Logicamente alguns têm muito interesse e alguns têm interesse muito pequeno.

Então, é um compromisso do Prefeito João Doria e ele tem dito isso desde a campanha e continua dessa forma. Quem ganhar um parque muito importante e muito atrativo também vai levar três, quatro, cinco outros parques no pacote. Serão combos para que a gente faça um esforço maior possível de contemplar todos os parques da Cidade nesse projeto de concessão. De novo, livre acesso. Não se trata de privatização, é um tempo determinado, fiscalizado, não só pela Secretaria do Verde, mas pela própria população. Hoje em dia com os aplicativos de celular e toda a tecnologia todo frequentador de parque pode dar uma nota, pode dar uma avaliação assim que sair do parque. Se está melhor a limpeza, se está melhor o banheiro, se estava boa a comida, como está limpeza, uma série de coisas.

Quem pode participar? Já foi dito, pessoas físicas, jurídicas, nacionais, estrangeiras, individualmente ou em consórcios. As melhorias e desonerações o parceiro deve assumir e também fazer investimentos, conservação ambiental e proteção do patrimônio.

Agradeço muito a atenção de vocês, vamos ficar aqui à disposição até às 18 horas para ouvir contribuições, perguntas, dúvidas. Todas serão anotadas e vão ajudar num projeto

que está começando a caminhar e é com a ajuda de vocês e com a ajuda da Câmara iremos construir um modelo que será levado á licitação. Estamos abertos a sugestões e dúvidas.

Muito obrigado. Voltamos a falar no final. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Secretário Municipal de Desestatização, Dr. Wilson Poit. Antes de passar a palavra ao Secretário do Verde e Meio Ambiente, Gilberto Natalini, quero comunicá-los que as inscrições daqueles que querem se pronunciar vão ser feitas naquela mesa da Taquigrafia. Daremos o tempo de três minutos, serão 20 pessoas, cada cinco pessoas intercaladas, o Secretário irá se manifestar para que realmente vocês fiquem assim atualizado e ele também.

Registramos a presença também do Vereador Eduardo Tuma; Vereador Claudio Fonseca, que é Presidente da Comissão de Educação desta Casa; Vereadora Juliana Cardoso; Vereadora Ruth Costa e Vereadora Soninha.

Tem a palavra o Sr. Secretário Gilberto Natalini.

O SR. GILBERTO NATALINI – Muito boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Vereador Toninho Paiva, que preside esta audiência, na pessoa de quem cumprimento todos os Srs. e Sras. Vereadoras presentes. Cumprimento também o Secretário Wilson Poit, nosso colega de Governo, na pessoa de quem cumprimento os representantes da gestão do Prefeito Doria em São Paulo. Cumprimento as senhoras e senhores, munícipes, paulistanos e paulistanas presentes.

Eu não vou repetir, mas é importante frisar a importância dos parques para a cidade de São Paulo, que seria uma cidade muito pior se não os tivesse. A presença dos parques da cidade de São Paulo traz uma melhor e maior qualidade de vida para os paulistanos e paulistanas.

Como foi dito pelo Secretário Poit, ano passado, por estimativa da Secretaria, uma amostragem, houve 38 milhões e 700 mil visitas a parques públicos de São Paulo. Isso quer dizer que algumas pessoas não vão dia nenhum, mas outras vão 50, 60, 100 vezes a parques.

Então, é uma fluência de pessoas imensa nos parques da cidade. O Ibirapuera tem, em média, 12 milhões de visitas por mês. Mas os parques mais afastados do centro da cidade também têm uma visitação muito grande. O paulistano, a paulistana tem nos parques uma referência de passeio, de contemplação, de qualidade de vida, enfim. Por isso a importância.

Além desse aspecto importante do lazer, de vivência das pessoas, os parques têm um outro papel importante, a cidade precisa deles - o de preservação ambiental. Um patrimônio ambiental da Cidade está contido dentro dos limites dos parques de São Paulo.

Em 2003, São Paulo tinha 36 parques. De 2003 a 2012, São Paulo pulou de 36 para 106 parques. Na última gestão, São Paulo ganhou mais um parque, o Chácara do Jockey. Então, passou a ter 107 parques. Este ano, ganhou mais um, o do Chuvisco, e está na pauta da cidade nos próximos três, quatro anos, ganhar mais alguns parques que estão a caminho, que estamos trabalhando para abrir, como o parque Primavera, o parque Alto da Boa Vista, Parque dos Búfalos e outros. Não vou mencionar todos para não alongar minha fala e poder escutar vocês. Como diz a Vereadora Juliana Cardoso, o parque da Ju – a Juliana quer os parques todos. Está certo, Vereadora. Aliás, hoje saiu um decreto de utilidade pública de uma área do Parque da Vila Ema – a Vereadora Juliana Cardoso e outros Vereadores foram pedir, nós pedimos ao Sr. Prefeito essa área, e S.Exa. fez um decreto, o qual foi publicado hoje no Diário Oficial. O Decreto de utilidade Pública do Parque da Vila Ema.

Então, temos uma política de ampliar o número de parques. Existem, planejados, na Secretaria do Verde em torno de 40 parques, na fila para entrar como áreas que deverão se transformar em parque. Isso é bom. Agora, para abrir um parque e fazê-lo funcionar, há um custo. Esse custo não é pequeno. Como eu disse, 38 milhões e 700 mil pessoas, segundo estimativa da Secretaria do Verde do ano passado, visitaram os parques.

Para isso, você tem todo um trabalho de manutenção do parque, e isso custa dinheiro. Então, a nossa situação, com o dinheiro que temos do Orçamento para manter esses 107 parques, já caminhando para 108, é bastante difícil, delicada. O nosso orçamento da

Secretaria do Verde não comporta dinheiro suficiente para a manutenção dos parques.

Este ano, precisaríamos ter 150 milhões para ter um padrão de sustentação com zeladoria, vigilância, manejo, enfim. Em maio, terminaram os 55 milhões dos contratos, e o Governo deu uma suplementação. Devemos chegar ao final do ano com o total de 109 milhões com a suplementação da Secretaria da Fazenda, para uma necessidade de 150.

É uma dificuldade muito grande. Como temos feito para superar essa dificuldade? Temos lançado mão dos mutirões populares, que ajudam a recuperação do parque. Já fizemos em 66 parques mutirões populares. Este final de semana teremos mais quatro.

O mutirão ajuda, melhora a situação momentânea, mas não sustenta o dia a dia da manutenção do parque, é preciso ter dinheiro para sustentar as equipes de vigilância, zeladoria, etc.

Então, a gestão do Prefeito João Doria entendeu de lançar mão do mecanismo chamado concessão, que não é nem só brasileiro nem paulistano – o Governo Federal tem parque concessionado, outros Estados têm, vários locais do mundo têm.

Como foi dito pelo Secretário Poit, não é o Governo vender o parque, o parque continua público, um parque de comando da Prefeitura pela Secretaria do Verde, mas ele vai ser entregue em forma de concessão a uma empresa, uma ONG ou uma entidade que possa buscar no parque os recursos para autocustear o parque. É disso que se trata. E é isso que se está buscando, e esta audiência pública é para ouvir as pessoas opinarem sobre essa situação.

Hoje já há em São Paulo um parque concessionado. Há 20 anos há um parque concessionado em São Paulo, não é de ontem, o Parque Burle Max. É concessionado para a Fundação Birmann. E hoje há em São Paulo dois parques adotados – não concessionados: o Parque do Povo, que já era adotado há bastante tempo. Três empresas colocam lá uma parte importante do recurso gasto. Na nossa gestão, o Prefeito Doria conseguiu que uma outra empresa adotasse o Parque Alfredo Volpi. Essa empresa já está custeando todo o gasto do

Parque Alfredo Volpi.

Para nós reformarmos, colocarmos de pé toda a situação que existe hoje nos 107 parques - de degradação de sede de administração, de coisas que precisamos fazer, contenção de talude, erosão, uma série de questões - nós precisaríamos hoje, em dinheiro, de aproximadamente, Vereador Toninho Paiva, 250 milhões de reais. Hoje, para colocar minimamente em ordem aquilo que está estragado nos 107 parques.

E para dar continuidade à abertura dos parques que estão na fila para serem construídos, nós precisaríamos de mais 220 milhões de reais, quase 500 milhões para reformar o que está estragado e abrir novos parques dentro daquele plano de ir abrindo parques. Isso fora o que custa por mês o custeio dos parques. Só vou terminar aqui dizendo o seguinte: duas coisas que eu acho importantes e estão no projeto de concessão, temos em mente nunca desviarmos desse caminho. Primeiro caminho: o parque é público, não deverá ser cobrada entrada no parque, não deverá ser cobrado o uso do parque. Essa é a ordem que o Prefeito Doria está dando nesse processo de concessão, continuam as pessoas, os 12 milhões de paulistanos que frequentam o Ibirapuera todo mês continuarão frequentando sem terem que meter a mão no bolso para pagar entrada ou para usar o parque naquilo que for o caso, os equipamentos, as trilhas, etc.

Segundo ponto, que aí é um posicionamento que tenho como ambientalista: não podemos transformar os parques em clubes. Parque é parque, clube é clube. Parque tem serviço ambiental, parque tem mata, parque tem nascente, parque tem ave, tem pássaro, tem bicho, parque tem que ter a tranquilidade que a natureza pode oferecer para o paulistano que não tem a tranquilidade, essa tranquilidade nas ruas da Cidade. Parque é parque, clube e clube.

Então, o processo de concessão não pode misturar parque com clube, tem que preservar o serviço ambiental que os parques oferecem. Isso também o Secretário Poit disse na intervenção dele e está se buscando encontrar uma equação onde uma empresa ou uma

ONG, uma instituição, um instituto, seja qual uma OSCIP, assumo o parque, possa levantar dinheiro naquelas atividades que existem, que poderão ser lucrativas, como por exemplo, publicidade.

A Prefeitura praticamente não sabe explorar a publicidade. Para vocês terem uma ideia, o número de filmes, inclusive internacionais, que são filmados dentro do Ibirapuera, é uma loucura e os preços públicos que a Prefeitura cobra por esses filmes, a Prefeitura não sabe cobrar o que deveria cobrar para o sujeito ir lá, explorar e depois vender o filme dele no exterior com as imagens do Parque do Ibirapuera. Estou dando esse pequeno exemplo.

Então, termino por aqui e agora vamos escutar, então, a opinião da comunidade e dos meus colegas, estimados colegas Vereadores e Vereadoras da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado.

O SR. GILBERTO NATALINI – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Secretário do Verde e do Meio Ambiente, Gilberto Natalini. Para terminar as autoridades aqui presentes, tem a palavra o Sr. Fernando Pieroni, Diretor do Semeia.

O SR. FERNANDO PIERONI – Boa tarde a todos. Dizer que é um prazer estar aqui hoje, gostaria de agradecer, Vereador Toninho, pela oportunidade de estar aqui na Casa e debater esse importante assunto com vocês. Gostaria de estender esse cumprimento aos demais Vereadores, cumprimentar os Vereadores Natalini e Wilson, ao Diretor da SPP, Sérgio e agradecer pela oportunidade e atenção de vocês.

Eu sou Fernando Pieroni, Diretor Executivo do Instituto Semeia, vou dedicar dois dos dez minutos que tenho para falar para explicar o que é o Instituto Semeia e o que estou fazendo aqui discutindo esse assunto. Vou pedir para avançar, por favor, o *slide*.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. FERNANDO PIERONI – O Instituto é uma ONG, é uma instituição filantrópica mantida 100% com recursos da família Passos. O Pedro Passos é um dos donos

da Natura, então, ele decidiu criar essa instituição filantrópica com o objetivo de fazer com que os parques sejam orgulho dos brasileiros. O que a gente entende é que parques – e aí construindo um pouco o que o Natalini falou, que existe a importância do verde – o que a gente entende é que parques fechados são parques abandonados, não são parques protegidos e parques abandonados, você está sujeito a toda a sorte de exploração e de degradação que podem acontecer. Então, a gente entende que o caminho para a conservação dos parques é fazer com que a sociedade se aproprie dele. E como que ela se apropria? Ela se apropria reconhecendo o valor dos parques, tendo uma experiência agradável nos parques.

E aí tem um segundo ponto que a gente defende: que o Poder Público tem muita dificuldade para cuidar dos seus parques, não em função das pessoas que trabalham lá, mas em função do regime jurídico, em função de questões orçamentárias, da dificuldade de ter flexibilidade. No Poder Público muitas vezes a gente quer olhar para frente mirando o retrovisor, porque é mais fácil fazer alguma coisa que alguém já fez, porque a gente se blinda de questionamentos. Então, a gente acredita que a aproximação com a iniciativa privada – e deixando muito claro que essa aproximação tem uma separação entre quem formula a política pública e quem executa a política pública. A formulação de política pública é algo que cabe ao Governo, cabe ao Poder Público. Já a sua execução pode contar com alguém que tenha mais recursos, que tenha mais flexibilidade, que tenha modelos inovadores de gestão. Esse é o segundo ponto.

E o esclarecimento que eu acho importante é que o Instituto Semeia não vem de qualquer tipo de serviço. A gente não recebe nenhum tostão do Governo, do setor público. Tampouco temos interesse em qualquer atividade econômica, desenvolver qualquer atividade nos parques. Somos 100% custeados pela família Passos, que é o nosso mantenedor.

Vou seguir adiante. Quem tiver interesse, eu não vou me alongar muito, mas no *site* do Instituto existe uma série de estudos que fazemos, que estão disponíveis para quem tiver interesse.

Vou expor no próximo *slide* também. Temos uma série de parcerias, desde entidades voltadas à conservação, até entidades que têm interesse no uso público e aqui falando sobre o clube e a área verde, a conservação, a gente tem entidades que estão olhando dos dois lados junto conosco e pensando os parques conosco. Desenvolvemos estudos também com instituições renomadas, temos parcerias com o Banco Interamericano, Fundação Getúlio Vargas, enfim, uma série de instituições.

Vou seguir adiante, não vou me alongar aqui. Dizer também que nós trabalhamos tanto no nível federal, estadual, como municipal, buscando apoiar os governos, pensar a forma de aproximar a iniciativa privada como agente que apoia o Poder Público na materialização das suas políticas relacionadas aos parques, às unidades de conservação.

Podemos seguir. Eu queria chamar a atenção que estamos falando sobre parcerias, sobre concessões, mas antes de tudo parque é um benefício para a sociedade. Procurei trazer aqui só como exemplos, tem aqui, desculpe, acho que passou, tem um slide. Coloquei aqui as referências, depois acho que a apresentação vai ficar disponível, mas têm estudos que mostram o valor dos parques como um importante instrumento de promoção de saúde pública. Os bairros verdes tendem a ter uma menor proporção a doenças como: depressão, ansiedade, stress. Os parques são também um importante instrumento de democratização do espaço público. Também têm estudos que mostram inclusive o efeito mais positivo que os parques têm às populações menos favorecidas e parques são instrumentos de coesão e de integração social. Então, eu quis fazer essa observação logo no início para contextualizar o que vou apresentar daqui para frente.

Podemos seguir. Esse desafio que São Paulo tem relatado não é uma exclusividade da Prefeitura. se a gente conversar com o ICMBio, o Instituto Chico Mendes no âmbito federal, se a gente conversar com os estados, conversar com outros municípios, a questão da restrição orçamentária e os desafios que isso proporciona para a gestão dos parques é algo comum.

E se sairmos do Brasil também, na própria Inglaterra existe já um estudo. Eu vou apresentar no meu próprio *slide*. Existe uma iniciativa chamada *Rethinking Parks*, Repensando Parques, que justamente partindo de um diagnóstico de que nos próximos dez anos 60% do orçamento dedicado aos parques será reduzido, eles precisam repensar os parques e buscar maneiras inovadoras de gerir e de viabilizar recursos para a preservação desses espaços. Eu retirei desse estudo algumas reflexões que eu considero importantes.

Com relação aos modelos de gestão, o que é dito é que os parques têm uma variação grande com relação ao tipo de parque, os recursos envolvidos, a relação com a comunidade local. E aqui falamos de parques com área verde maior, área verde menor, parques 100% integrados e dentro das áreas públicas, áreas um pouco mais distantes. Então estamos falando de um conjunto de parques heterogêneos. Está muito relacionado à estrutura organizacional dos parques. Agora, a grande mensagem é que, ao se pensar a aproximação com a iniciativa privada, é importante ter flexibilidade para os diversos modelos, porque não existe um modelo único para todos os parques. É preciso entender a vocação de cada parque e buscar o melhor modelo para ele.

Um segundo ponto que eu gostaria de destacar é que nesse estudo, nessa abordagem do *Rethinking Parks*, eles dizem quais são as áreas prioritárias que devem ser pensadas no momento em que se avalia novos modelos e a inovação nos parques. Tem a ver com como melhorar a gestão e a manutenção, como buscar uso público, novas atividades, como buscar novos recursos e financiamento, estruturas organizacionais, e a parceria abarca esses quatro pontos. Independentemente da modalidade de parceria, ela pensa esses pontos.

E algo que também eles frisam no estudo é a importância de se garantir a função social. Então os secretários falaram que é importante, e eu acho que esse conforto que precisa ser dado de que não haverá cobrança de ingresso e de que não haverá nenhum impacto na função social que os parques têm.

Eu vou seguir adiante.

Eu gostaria apenas de frisar que as parcerias para funcionários precisam ser um jogo de ganha-ganha-ganha, em que ganha a sociedade, em que ganha o Poder Público e em que ganha a iniciativa privada. Se um desses três não estiverem ganhando, as parcerias não estarão cumprindo com a sua função. Trouxe aqui alguns exemplos, mais provocações sobre três parques e três parcerias que eu mapeei, dentre várias que existem.

Uma é essa da Potters Fields Park, em Londres, em que 100% dos recursos destinados à manutenção desse parque vem de eventos e atividades comerciais, ou seja, é um parque em que a conta para de pé e não precisa de recursos públicos, sendo gerido por uma instituição privada.

Esse é um exemplo que eu acho muito bacana sobre como pode haver criatividade da iniciativa privada no momento de pensar usos para os parques. Esse My Art Space é de um parque se chama Istana, em Cingapura, em que existe uma concessão de espaço público para um ateliê que é escola de pintura e eu café. E, hoje, se você quiser viajar para Cingapura e ir lá para fazer uma aula, tem dois meses de fila de espera para se fazer um curso, tamanha a demanda que essa atividade tem. E eles possuem uma parceria com uma ONG para estender esse programa para a educação de crianças carentes, porque eles entendem a arte como um instrumento de oportunidade para essas crianças em situação de vulnerabilidade.

E o terceiro parque, aqui no Brasil, o Parque da Tijuca. É um parque nacional, do ICMBio, em que existe uma concessão integrada de transportes, espaço cultural, exposição, enfim, uma série de equipamentos que proporcionam às pessoas, aos visitantes, uma boa experiência, que desoneram o Poder Público, que proporcionam uma rentabilidade. Eles desenvolvem, por exemplo, atividades como apoio às cooperativas de catadores de materiais recicláveis. E como é um parque no Rio de Janeiro, que é uma cidade muito turística, e de estrangeiros, treinamento para a população do entorno para dar melhores oportunidades ao lidar com os visitantes estrangeiros, como cursos de inglês e capacitação.

Apesar de que ainda tem as audiências públicas da Comissão de Justiça, todas

marcadas para a partir de agosto, a outra semana; mas é preciso que, a partir de agora, sejam tiradas algumas dúvidas.

Primeiro, qual é a modelagem que está sendo pensada para a concessão dos parques, praças, planetários; ou seja, quais os objetivos específicos. Qual o prazo, formas, remuneração, obrigações e contrapartidas. É a dúvida que a gente tem, claro, porque iniciativa privada, toda vez que há concessão de algum espaço ou órgão público, é claro que ela tem, como seu principal objetivo também, ter lucro. Ninguém aposta em nada para ter prejuízo.

Segunda pergunta: quais as vantagens da concessão? No que a Prefeitura pode ser desonerada? Lógico, tem que se explicar um pouco mais. Também: atrativos para o parceiro privado. Porque, como se disse, a iniciativa privada tem que ter interesse em saber se haverá lucro ou não.

Há uma dúvida que eu tenho aqui, já pensando nessa coisa da iniciativa privada: se a Prefeitura pretende, por exemplo, conceder os parques ou só os que estão aqui no PMI, uma lista de 14 parques, que, por sinal, são os filé mignon: Acimação; Anhanguera; Buenos Aires; Carmo – Olavo Egydio Setúbal; Cemucam – Centro Municipal de Campismo; Chácara do Jockey; Chuvisco; Cidade Toronto; Ibirapuera; Independência; Jardim da Luz; Trianon – Tenente Siqueira Campos; Vila Guilherme – Trote; e Vila Prudente – Ecológico Profª. Lydia Natalizio Diogo. O meu parquinho, Nove de Julho, lá no fundo da zona Sul, às margens da Represa Guarapiranga, muito bonito, por exemplo, não está, como outros também não estão. Minha preocupação então é saber o seguinte: essa concessão será para os 14 que estão no chamamento, os quais, como eu disse, são o filé mignon? Ou será para todos os parques?

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nobre Vereador, para concluir.

O SR. ALFREDINHO – Para concluir, deixo uma última pergunta. Quais as possíveis receitas acessórias previstas?

Fiz aqui 4 perguntas, de 8 que a Bancada do PT elaborou. Vereadora Juliana vai me complementar na fala dela, mas me preocupou muito essa lista que saiu, de 14, e quero

entender se só serão esses 14 mesmo. Se se forem os 14, o que será dos demais, que não estão nessa lista e não são o filé mignon? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Vereador Alfredinho. Registro a presença dos Vereadores Rodrigo Goulart, Caio Miranda, Janaína Lima, Aurélio Nomura – Líder do Governo na Casa.

Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, não vou usar os 5 minutos que me cabem. Falarei da importância do tema que acaba por preencher o plenário e que nos trazem questões anteriores a qualquer decisão: com quem vamos administrar os parques e trabalhar nas premissas do que são os sistemas de áreas verdes da cidade de São Paulo.

As cidades só existirão no futuro, saindo da era industrialização para a era da urbanização, se tivermos áreas verdes para garantir vida nas cidades. Se perdermos o nosso ativo verde, perderemos nossas cidades. Isso está claro para todos no mundo. Por isso, um esforço muito grande para administrar bem as áreas verdes, pois elas são produtoras de serviços ambientais.

O setor privado só se move por lucro. Uma empresa quebra quando não dá lucro. Portanto, se os nossos parques não derem lucro na mão da iniciativa privada, quebram os parques, morrem as cidades. A reflexão que temos de fazer é: quem, do setor privado, queremos para administrar os nossos parques, porque há um conflito objetivo, absolutamente objetivo no interesse revelado do agente público. E não sou contra o empresário querer ganhar dinheiro. Ele tem que ganhar dinheiro. A única coisa é que o ativo para a Cidade, que é o parque, não pode se dar ao luxo de oferecer o ativo mais importante para a manutenção da Cidade, no risco do lucro do agente privado. Portanto, eles não se ligam em momento algum pelos seus propósitos. A origem dos parques não nos dá nenhuma possibilidade de geração de riqueza que transfira o risco de acabar com as cidades para que qualquer agente privado ganhe dinheiro.

É possível o agente privado estar dentro dos parques? É. Desde que ele não tenha fins lucrativos. Caso contrário, a relação é inversa. Então, há possibilidade de termos os agentes privados dentro dos parques? Há. Mas não há nenhuma possibilidade em falarmos daqueles que buscam o lucro, porque os conceitos e as origens que nos reúnem nas cidades não permitirão que a Cidade continue existindo se a matriz do nosso desenvolvimento – que é ter espaços protegidos, áreas verdes protegidas – estiver no ponto central do equilíbrio mostrado naquele telão pelo competente diretor da Semeia: o lucro como elemento fundamental para acertar a conta. Porque a conta vai dar certo, e as cidades vão morrer.

Essa é a questão. É possível que a sociedade se reúna com outro propósito que não o lucro nos parques? É. E esse modelo, a gente está disposto a discutir com o Secretário, discutir com a organização Semeia, discutir com outras organizações. Mas não me parece que, ao colocar como ponto central a produção do lucro em espaços que produzem serviços ambientais, para as cidades serem vivíveis no futuro, a gente acerte.

Portanto, o que a gente inaugura no dia de hoje é: qual a fórmula com que a gente vai atrair o setor privado que não visa o lucro, mas tem conhecimento, está dentro da academia. Estão melhorando os serviços ambientais em diversas áreas do Brasil e do mundo. Porque, senão, a gente corre o risco de reduzir ofertas de serviços ambientais, de reduzir o acesso da população a essas áreas verdes e destruir o que temos de essencial na Cidade, que é o meio urbano que respeita o meio ambiente.

Quero poder apoiar o Governo, como apoio, para escrever a fórmula para se ter uma gestão melhor nos parques, para gastar melhor o dinheiro público dentro do parque. Mas não para permitir que o parque, ao ser explorado pelo agente privado, se não der lucro, perde a Cidade, porque perdem os parques. Portanto, quero me colocar à disposição para fazer valer o que aprovei aqui em 2009, quando escrevemos a Política de Mudança Climática e dissemos à Cidade como queríamos construir uma cidade que respeitasse o meio ambiente. Quero também conseguir trazer para este debate o artigo 27 do Plano Diretor, que trata do SAPAVEL,

portanto as áreas que prestam serviços ambientais à Cidade. E tenho a convicção de que a sociedade paulistana – seja aquela que já se reúne – enxerga parte do Parque Ibirapuera já fazendo um trabalho, a gente enxerga o NIC, a gente enxerga o Cadin, enxergamos Mooca Verde; movimento no Brasil e em especial na cidade de São Paulo, que já apontam saídas em que o agente privado participa, sim, ativamente, mas respeita aquilo como um ativo inalienável. Emprestar para ninguém; sempre na mão da sociedade, seja ela privada sem fins lucrativos, seja ela pública. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Com a palavra, a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Boa tarde, nobres Vereadores, público que assiste a esta sessão pela TV Câmara São Paulo e demais presentes, com o que fico muito feliz, pois estamos vivendo um momento na cidade de São Paulo em que as pessoas precisam olhar para a Câmara Municipal e observar a venda da Cidade nesse pacote do projeto João Doria.

Concordo muito quando o Vereador Police Neto coloca a relação da iniciativa privada tendo lucros em cima dos parques e do próprio Planetário, que, para nós, é um equipamento muito importante, que demorou a chegar à Cidade. Porque não está especificado, em nenhum momento, de forma o Planetário, juntamente com os parques, será passado para a iniciativa privada.

Podemos perceber que na história do mundo o meio ambiente nunca é relacionado à iniciativa privada, que gera lucro, justamente porque ela acaba com o meio ambiente, porque acaba tirando o pouco que resta. Exemplo disso é a própria Amazônia e a própria cidade de São Paulo, o que era a Cidade nos seus primórdios e o que é hoje, essa metrópole, que pouco espaço tem para os nossos parques e o Planetário.

Para mim, esse projeto de lei é muito precoce. Vem a esta Casa sem nenhuma organização específica e técnica, mas somente com o discurso de que o nosso patrimônio público não presta, não serve. Será que então Prefeito conseguirá ter um olhar para a iniciativa

do Poder Público e daquilo que ele pode gerir? Porque ele quer passar tudo para a iniciativa privada! Daqui a pouco, não precisaremos mais ter prefeito, não precisaremos ter mais Secretarias ou mesmo a Câmara Municipal, porque a iniciativa privada se organizará inteira dentro do Poder Público para gerir.

Fico pensando que precisamos olhar com muito cuidado esse tipo de ação, esse tipo de iniciativa que visa ao lucro dentro dos nossos parques públicos. Dizem que não, que os usuários não pagarão para entrar nos parques. Mas vão pagar para usar os banheiros públicos? Eles vão pagar para usar algum tipo de equipamento que seria público, mas, vindo, a iniciativa privada, viraria uma academia? Como isso será feito? Não está claro!

Ficamos aqui fazendo audiências públicas para ouvir os Vereadores e as mesmas coisas que têm sido mantra do Executivo e também ouvir a sociedade civil. Mas precisamos de muito mais. Precisamos de fato entender o que está por trás da iniciativa privada, que quer tanto os nossos parques públicos, e principalmente aqueles como o Ibirapuera e o Parque do Carmo, entre os 14 que estão dentro do PMI, que nem sequer está pronto. Sequer sabemos exatamente os interesses da iniciativa privada.

Não conseguirei fazer as perguntas qualificadas, elaboradas pela minha bancada, a não ser a última, que acho importante: há alguma possibilidade de ser realizada alguma cobrança para o cidadão usufruir dos equipamentos? E: por que a Prefeitura não optou por esperar o encerramento da Proposta de Manifestação de Interesse, para encaminhar à Câmara Municipal um projeto mais completo, já definindo todos os parâmetros necessários, conforme prega a lei? Porque isso aqui está inclusive ferindo o artigo 175 da Constituição Federal e o artigo 128 da Lei Orgânica do Município. Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Vereador Juliana Cardoso. Tem a palavra o Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Senhoras e senhores, boa tarde. Sr. Presidente Toninho Paiva, Secretário Wilson Poit, boa tarde.

Quero também informar que apoio o projeto que veio a esta Casa, das concessões. Acho importante ouvir, principalmente a vocês. Nosso papel aqui como Vereadores é estarmos aqui atentos; mas eu não poderia deixar de registrar que meu voto será favorável a esse projeto. Vamos ouvir vocês para que efetivamente possam ser feitos alguns ajustes, mas é um projeto importantíssimo para a cidade de São Paulo, para um de nós paulistanos e principalmente para as pessoas que vão olhar para nossa cidade e viver aqui vendo uma cidade muito mais harmônica e com seus equipamentos públicos, mesmo que administrados e concessionados à iniciativa privada, de forma que possam ser utilizados por todos nós.

Então, quando a gente vem fazer essa concessão, a exemplo de inúmeras cidades no mundo – algumas inclusive do Brasil -, vamos dar qualidade aos nossos municípios e, sim, desonerar o Poder público, principalmente com o custo excessivo e principalmente com as reclamações de zeladoria desses parques. Os recursos são poucos, a situação econômica não é boa, mas, felizmente, teremos a condição de mostrar um avanço, e a cidade de São Paulo não pode ficar para trás.

Sou um adepto desse projeto, já externei isso ao Prefeito João Doria, ao Secretário Poit. É importante nessas audiências públicas também ouvir a cada um de vocês, atores. Fico também muito preocupado com os permissionários. A gente sabe que existe uma preocupação, e acho que essa mesma preocupação, o Secretário vai ter na hora dessa modelagem, como já foi dito por outros que me antecederam. Essa é a colocação, principalmente sobre a importância dessas audiências públicas.

Venho do movimento de moradia, que nada tem a ver, mas muitos dos nossos usuários, principalmente da região de Pirituba, Jaraguá, Perus... Temos lá o exemplo do Parque Estadual do Jaraguá, que carece com isso. Já existe uma lei de concessão também no Estado de São Paulo, que ainda não foi colocada em prática, mas vejo com bons olhos. Estive recentemente em uma cidade do Rio Grande do Sul que também tem lá seus parques concessionados, e a população não paga para entrar, só paga nos equipamentos que vai

utilizar, inclusive como condições turísticas. No Parque Estadual do Jaraguá, entrando um pouco na seara do Estado, você tem um parque muito bonito, mas efetivamente você não tem um atrativo para as pessoas, a não ser o Mirante que há lá e as trilhas, para se fazer caminhada. Mas, de repente, ter algum teleférico, algum restaurante de ponta aonde as pessoas possam também levar suas famílias, e não só ficar restrito o parque à população que mora ali no Jaraguá, no entorno. E isso, em todos os parques da Cidade, de uma forma geral.

Então, fica aqui o meu registro. Também vou assistir, analisar e olhar cada proposta dos senhores que vão falar aqui hoje para que a gente possa elaborar um projeto bom para a Cidade e bom para cada um de vocês. Eram essas as minhas considerações. Muito obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Vereador Fabio Riva. Com a palavra, o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente Toninho Paiva e o nosso Secretário Wilson Poit, em nome de quem cumprimento todos os componentes da Mesa. Parabenizo o Secretário, assim como o Presidente Toninho Paiva, pela abertura desta Casa para que possamos discutir, nós os 55 Vereadores, junto com a população, trazendo a população para esta Casa para que possamos aprimorar esse projeto, pois sabemos da importância que a gestão tem demonstrado em relação a ele.

Quero fazer algumas colocações como contribuição. Apesar de ter chegado atrasado, não consegui pegar a apresentação toda do nosso brilhante Secretário Gilberto Natalini, a quem também cumprimento e parabenizo por todo o trabalho à frente da Secretaria do Verde. Conheço muito bem todos os parques, são praticamente quase 30 parques - acho que o Secretário pode até me corrigir -, pelo menos na zona Sul. E os da zona Sul, uma boa parte deles são contemplativas, que a gente fala, a população ainda não tem a chance de adentrar aos parques e fazer melhor uso dos parques. Eu tenho certeza que dentro desses projetos das concessões eles estarão inclusos da forma para que a população faça o melhor

USO.

Quero dar um exemplo aqui dos parques na orla da Represa Guarapiranga. São belíssimos parques que já tiveram investimento na gestão Serra-Kassab e uma grande preservação que foi feita, inclusive com desapropriações para aumentar o tamanho dos parques e eu acho que podemos usar aqui, meu pai, hoje Deputado Federal Goulart, já vinha brigando muito aqui nessa Casa para que possamos fazer na orla da Represa Guarapiranga uma verdadeira praia do paulistano. Hoje milhares de famílias já utilizam a orla da Represa Guarapiranga como a praia do paulistano. Então que possamos fazer como exemplo da orla do Rio de Janeiro, foram concedidos lá diversos quiosques na orla do Rio. Hoje você tem lá redes de restaurantes, rede de lanchonetes explorando a orla, mas dando serviço para a população, banheiros públicos com qualidade e dignidade, fora o serviço de alimentação que já produzem.

Então é um pouco disso que queria trazer aqui como contribuição. Parabenizar mais uma vez o Secretário Poit pela condução dos trabalhos desde segunda, ainda tem a semana inteira aqui, ainda a semana que vem para ouvir aqui muito da população, todos os Vereadores para que aprimore ainda mais esse projeto aqui que tem capitaneado. Eu tenho certeza que essa contribuição, e não só dessas audiências, ainda temos mais, se for preciso, para que possamos deixar o projeto da melhor qualidade possível. E queremos ouvir também a contribuição de toda a população, daqueles que estão aqui presentes, lotando o plenário desde segunda-feira, para que possamos realmente entregar o melhor para a Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Vereador Caio Miranda.

O SR. CAIO MIRANDA CARNEIRO – Boa tarde a todos e a todas. Secretário Wilson Poit, Secretário Natalini, no início da Legislatura, neste ano, estive com o Secretário Natalini e ele disse uma frase que me marcou muito. Ele disse: “Eu não serei o coveiro dos parques”. O desafio é muito grande, o desafio de gestão, os obstáculos para serem superados e eu tenho certeza que com o Vereador Natalini à frente da pasta do Verde na cidade de São

Paulo nós temos alguém que acredita na importância dos parques, que milita nisso há muitos anos, tem toda uma trajetória no meio ambiente e sabe da importância dos espaços de lazer para a qualidade de vida das pessoas numa cidade como a nossa. As pessoas passam boa parte do dia no transporte, indo e voltando de casa para o trabalho, transporte ruim, seja no seu carro, seja no transporte coletivo. A carência de áreas verdes, parques e praças, é enorme.

Hoje a gente tem um dilema que tem áreas que eram praças e hoje são parques e aí você vai ver se melhorou transformar em parque. Sou o exemplo da Praça Buenos Aires e hoje é parque e a reclamação dos moradores é enorme porque o problema de gestão permanece, faltam recursos, você tem uma dificuldade muito grande de gerenciar áreas de parques na cidade, mais de cem parques, numa extensão como São Paulo.

Como Vereador novo, que está chegando aqui, não sou grande expert no assunto, estou como muitos munícipes, interessado em que nossa cidade tenha mais área de lazer para que as crianças, os jovens, os adultos e os idosos possam ter qualidade de vida. Tenho medo só de um caminho que a gente não pode seguir, que é o seguinte: não precisa ter medo da iniciativa privada, o modelo tem que estar claro, a gente tem que brigar para que no PL conste a nossa cláusula pétrea que é: a entrada no parque não deve ser cobrada, a entrada é gratuita. A partir daí, a forma com o concessionário vai gerir, explorar e obter, pelo menos, o custo da operação desse parque vai ser discutido e também não pode onerar demais.

Mas, só para a gente frisar aqui, vai em qualquer parque público hoje, qual é a qualidade da lanchonete para você comer um lanche, tomar um refrigerante, tomar um sorvete, alugar uma bicicleta, estacionar o seu carro. É péssimo, uma porcaria, tudo caindo aos pedaços. Se a pessoa não levar, para fazer um piquenique, de casa vai pagar caro, mesmo sendo gratuito. Então hoje é muito ruim, via de regra, tem poucas exceções, tem o Parque Burle Marx, que preserva mais o meio ambiente, menos o foco no usuário, mas é muito bem gerido, está se sustentando, mas são poucas exceções. Portanto, a gente tem que abrir a cabeça, a gente tem que pensar que do jeito que está, está ruim, porque do jeito que a gente

fala aqui parece que a gente está saindo de um cenário legal, ótimo, para ir para o risco de um cenário pior. Não é verdade. Portanto, eu vejo sim que há um potencial gigantesco de exploração privada, muitas vezes com fim lucrativo, como atração turística, teleférico, roda gigante, restaurante, lanchonete, área para shows, ecoturismo e muitas outras coisas que não tem problema nenhum, você não é obrigado a usar esses serviços e pagar por eles, quem for usar paga, o turista paga. É assim no mundo inteiro. A gente não pode ter medo da iniciativa privada e da finalidade lucrativa.

Então desejo boa sorte na condução dos trabalhos dos Secretários. Contem com a gente aqui na Câmara. Eu sou um dos Vereadores que apoia as concessões por princípio. Acho que hoje o Estado já se provou ineficaz e incapaz de gerir, está provado aí, a nossa estrutura administrativa e o nosso sistema político é todo estruturado de uma forma que o interesse final não é o do cidadão, não é o do contribuinte. São vários outros, é nosso, é dos políticos, é do parceiro privado, mas menos do cidadão, do contribuinte final, do usuário e a gente tem que ter foco no usuário e se não for isso está errado. Então a minha briga aqui vai ser para que o usuário seja o beneficiário final e o meio ambiente também, que a cidade precisa. Então boa sorte e contem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Vereador Claudio Fonseca.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Quero cumprimentar o Presidente desta audiência pública, Vereador Toninho Paiva, não só cumprimentar, mas elogiar pelo fato de estarmos realizando no período de recesso parlamentar essas audiências públicas para estar discutindo o programa de concessão, de desestatização apresentada pelo Governo Municipal. Importante iniciativa por trazer a população interessada em discutir um tema que já está em discussão na Câmara Municipal, mas que envolve o interesse público e se o Legislativo se colocasse arremedo à discussão, distante da discussão com a população, obviamente que produziria uma obra imperfeita. E a decisão, portanto, da Comissão, do Vereador Toninho Paiva, a quem

cumprimento pela serenidade, pela calma, da forma como vem conduzindo as audiências públicas que vêm sendo realizadas, ao Secretário Wilson Poit por trazer essa matéria em discussão, por responder às pessoas que dirigem perguntas ao Secretário, ao Executivo, cumprimentar o Vereador e Secretário atual do Verde e Meio Ambiente, Secretário Natalini.

Eu vou usar mais do que só cumprimentar o Vereador Natalini, mas pedir uma salva de palmas ao Vereador Natalini porque é o Secretário no lugar certo, uma pessoa que entende da política do verde, meio ambiente, porque muitas vezes a gente julga do homem público, mas ele tem uma trajetória e teve um papel importantíssimo em 2009, quando foi aprovada aqui a lei que institui a Política de Mudança do Clima no município de São Paulo. (Palmas) O debate, a forma como ele conduziu, o entendimento da importância da cidade de São Paulo ter parques públicos, ter parques lineares, tem caminhos verdes, a discussão que fez sobre o efeito da poluição e todas as políticas públicas que eram necessárias para mitigar os efeitos da produção de dióxido de carbono na cidade de São Paulo, vinculando essa política do verde e meio ambiente com as questões relacionadas à educação, ao transporte, à habitação, à mobilidade, não só ele. Para sermos justos, na ocasião nós tínhamos como Secretário do Verde e Meio Ambiente Eduardo Jorge, que foi muito importante, e a quem nós também devemos render uma homenagem numa oportunidade como esta. São Paulo precisa de parques, e houve uma ampliação significativa a partir de 2009 na quantidade de parques, cujo número não chegava nem a 50, tendo saltado, ao final de 2012, para mais de 100 parques. São áreas verdes, são pulmões necessários para a cidade de São Paulo, para que respiremos melhor.

Fiquei muito satisfeito com a discussão e com o marco colocado pelo Vereador e Secretário Gilberto Natalini, que não poderia vir de pessoa mais qualificada. Parques públicos não podem gerar cobrança, e isso dá tranquilidade. Então é um marco referencial para que se discuta qualquer tipo de parceria. Não pode se quedar, essas parcerias, às leis do mercado, ou que se feche as portas para a utilização dos parques pelas pessoas. A gratuidade permite

acesso a todos os públicos, reconhecendo que a cidade de São Paulo tem uma população que cada vez ganha mais idade, e por isso deve haver políticas públicas voltadas para as pessoas da terceira idade, voltadas para a primeira infância – tem que haver uma vinculação das políticas públicas de utilização dos parques com a rede municipal e estadual de ensino. Os parques serão cada vez mais saudáveis quanto mais forem utilizados pelas crianças, pelos jovens, pelos adultos e pelas pessoas de maior idade.

Cumprimento o Vereador novamente, bem como todos que compõem a Mesa, mas rendo a minha homenagem ao Vereador Gilberto Natalini, ao antigo Secretário Eduardo Jorge, e, por que não, ao ex-Prefeito Gilberto Kassab, que teve uma importância estratégica para que se São Paulo se tornasse um dos primeiros municípios a instituir a política de mudança climática, que, nessa discussão de concessão de parques, não pode ser desconsiderada. Meus parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Vereador Claudio Fonseca, como sempre ilustrando muito a sua fala.

Quero registrar a presença do Sr. Orlando Lindório de Faria, Secretário-Adjunto do Governo Municipal.

Com a palavra a Vereadora Janaína.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Olá, amigos. Boa tarde a todos e a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do presidente da Comissão de Administração Pública, o nosso Vereador Toninho Paiva. Não poderia deixar de agradecer a presença do sempre Vereador Gilberto Natalini, esse guerreiro Vereador que nos representa muito bem na Prefeitura Municipal de São Paulo; e ao meu amigo e colega de partido Wilson Poit, que está à frente desse plano municipal de desestatização, que vem trazendo muitas inovações à sociedade civil presente, ao cidadão que nos acompanha pela TV Câmara.

Hoje é um dia muito importante. Aqui, nesta audiência pública, estamos conversando sobre o PL 367/2017, que trata das concessões de bens e serviços públicos.

Nessa oportunidade, estamos falando da concessão de parques, praças e planetários da cidade.

Os parques urbanos são áreas de convívio público que se confundem com a própria ideia de cidade como espaço paisagístico e de lazer no meio urbano. É importante a gente trazer esse sentimento de pertencimento à cidade. Esses espaços que sairão da administração pública e passarão para as mãos da sociedade civil, aqui representa pelos senhores e pelas senhoras. Trata-se de colocar a cidade de São Paulo alinhada com as maiores cidades do mundo, e onde o modelo de gestão é exatamente esse. A sociedade civil criou associações e fundações para cuidar de seus parques.

A cidade de São Paulo tem 107 parques geridos pela Prefeitura, com um custo de 180 milhões por ano, aproximadamente. Porém, mesmo com todo esse recurso, a situação é precária, e sobre isso tivemos a oportunidade de ouvir ao relato do nosso Secretário Gilberto Natalini.

Em vez de manter o Poder Público inchado com essas despesas e essa obrigação, vamos abrir a oportunidade para a própria sociedade civil assumir esse papel. Os grandes parques do mundo já são administrados nesse formato. Podemos trazer o parque Güell, de Barcelona, o Central Park, de Nova Iorque, todos eles geridos pela sociedade civil organizada. E como podemos perceber, em nenhum momento eu falei de venda dos parques da cidade, porque não é isso que será feito. A proposta do Plano Municipal de Desestatização é reduzir a Prefeitura Municipal de São Paulo e trazer a sociedade para o centro da administração do equipamento público. Até quando vamos continuar administrando a cidade de forma centralizada, tirando do cidadão o direito de cuidar diretamente do que é seu? Só o cidadão conhece a realidade local. Por isso, apoio, sim, a concessão dos parques da cidade, porque essa proposta, além de trazer foco para a administração pública, vai poder dedicar tempo e energia nas áreas em que a cidade mais precisa, fortalecendo a sociedade civil e fazendo com que o indivíduo seja o verdadeiro agente de mudança da nossa sociedade.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Vereadora Janaína.

Com a palavra o Vereador André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Boa tarde a todos – aos da Mesa, ao Secretário Poit e também ao Secretário Natalini.

Bem, nós tivemos uma reunião logo no início deste ano com o Secretário e os demais Vereadores, quando muitas perguntas foram feitas, e a primeira que eu fiz disse respeito à população. Isso porque sempre dizem o seguinte: “A população não será afetada”, “A população terá benefícios”. E pedimos ao Secretário para que isso fosse garantido por escrito. Quantas vezes você conversou algo com alguém, que disse que iria fazer algo, e, na hora, aquilo não foi cumprido? O que vale é o que está escrito. Então vários Vereadores já expuseram o seu posicionamento, o próprio Secretário já falou várias vezes em entrevista, o Prefeito também, mas eu gostaria, mais uma vez, de enfatizar que se dê a atenção devida à população. Como falou o nobre Vereador Police Neto, as pessoas querem lucrar, e, para lucrar, elas querem fazer de tudo, elas topam tudo, elas, inclusive, querem achacar as pessoas. E só tem uma forma de impedirmos que isso aconteça: havendo seriedade na construção de todo o processo para essas concessões serem realizadas. Então, mais uma vez, quero pedir em nome de toda a população de São Paulo que todas as falas dos nobres Vereadores, e também das pessoas que estarão aqui comentando, sejam muito bem analisadas, para que, no futuro, nossos filhos tomem conhecimento de que nós, Vereadores, tomarem conhecimento de que fizemos parte da votação para o avanço da cidade de São Paulo, e de que conseguimos levantar ainda mais a cidade, e não derrubá-la.

Por último, ouvi o Vereador Caio Miranda falando que as pessoas, quando compram ou adquirem alguma coisa, cuidam melhor. E quantas vezes você já foi a um estacionamento cobrado, e também não há nenhum recurso? Absolutamente nada; serviço precário. Então como será feito esse trabalho, como será realizado esse serviço. É importante

que se tenha o cuidado, porque, senão, eles vão dizer “eu estou pagando para ter o estacionamento, e eu cuido dele como bem eu entender”.

Muito obrigado. Quero agradecer ao Prefeito João Doria pela iniciativa de trabalhar de maneira forte para que a cidade melhore, e mais uma vez, agradecer a todos vocês, muitos dos quais abriram mão de muitas coisas para estarem aqui. Estamos aqui para decidir o melhor para a cidade de São Paulo. Deus abençoe todos vocês.

- Assume a presidência o Sr. Cláudio Fonseca.

O SR. SOUZA SANTOS – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Secretário Poit, boa tarde a todos e a todas que vieram para prestigiar essas audiências públicas.

Para vocês que nos acompanham de casa, nos ouvem nessa tarde, o ano passado nos votamos algo muito importante, que foi a questão da Lei de Zoneamento. Nós fizemos 48 audiências públicas. O Prefeito que passou trouxe um projeto importante de uma forma, e nós fizemos de acordo como a cidade queria. Essas audiências são importantes porque faz com que haja publicidade naquilo que o Prefeito João Doria quer fazer.

Eu sou o Vereador Souza Santos, como anunciado pelo nosso querido Claudio Fonseca, e sou presidente da Comissão de Política Urbana, comissão permanente da Casa, e comissão de mérito de todos os projetos que estão vindo. Vamos, a partir da semana que vem, fazer uma audiência pública para cada projeto que está aqui. Vou protocolizar, por esses dias, esse ofício, e vamos fazer um projeto também para que a população tenha mais conhecimento daquilo que está acontecendo. Eu acho importante ter mais audiência pública, acho importante ouvir vocês, acho importante que vocês venham debater, ouvir o projeto de desestatização, de privatizações e concessões do Prefeito, para que essa publicidade seja muito bem feita. No futuro, esperamos ter algo bem planejado, e com a população participando. Portanto, protocolizando o pedido de mais audiências Públicas, Secretário Poit, para que V.Exa. venha explanar ainda melhor o que já está benfeito. Mas é para que possamos ter um conhecimento mais vasto, mais amplo, para que a cidade de São Paulo aproveite bem aquilo que estamos

fazendo.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

- Assume a presidência o Sr. Toninho Paiva.

O SR. TONINHO PAIVA – Passarei a palavra aos munícipes inscritos, os quais terão três minutos para se manifestar. A cada cinco que se manifestarem, ouviremos o Secretário Wilson Poit.

Com a palavra o Sr. Tobias Furtado, diretor e presidente da Associação e conservação do Parque do Ibirapuera.

O SR. TOBIAS FURTADO – Boa tarde, Natalini, Poit, Toninho, inúmeras caras conhecidas, colega de conselho de parque, de outros parques, da Secretaria do Verde.

O que eu estou trazendo para vocês é uma pequena imagem de que podemos passar sobre parques essa discussão tão importante que é inovação, que é fazer diferente do que está sendo feito. Temos só que abraçar a Prefeitura por estar dando continuidade a um plano que começou o ano passado, com um contrato da gestão passada com a SPNegócios, e que é repensar como fazer os parques serem mais eficientes e mais eficazes. Precisamos inovar, e não é só aqui em São Paulo que está tendo esse movimento, porque esse movimento está acontecendo no Brasil inteiro.

A resposta que eu vou mostrar para vocês eu não tenho, a gente está buscando, está na sociedade civil. Então essa apresentação busca mostrar como essa gestão, via parcerias, pode ser realmente transformadora, para manter o interesse público dos parques e trazer a agilidade privada. E eu tenho muitos colegas de conselho gestor, de outros parques, etc, que querem participar, que ajudam os parques, mas que sentem que, sem uma agilidade de fato do gestor, e uma liberdade para se poder implementar isso, nada melhora.

De onde a gente está partindo? Estamos inovando, mas vamos olhar para fora. Como os parques urbanos são geridos mundo afora?

Eu fiz uma pequena seleção de parques em tudo quanto é canto do mundo, mas eu

tenho que ser ágil porque o tempo é curto. Mas eu selecionei parques nas Américas, nos Estados Unidos, na Europa.

Basicamente, o que ocorre é que nenhuma cidade, nenhuma capital de algum parque (Ininteligível) tem a sua gestão feita por empresas – a gestão é sempre feita pelo governo ou pela sociedade civil. Agora, a mão de obra, sim, tem governo, sociedade civil e empresas. Gerir uma comida, como o Caio colocou aqui, pode ser muito mais bem gerido por empresa focada em comida. Gerir parques pressupõe interesse público, mas pode ter a agilidade privada. A exploração da essência do parque geralmente feita e “estrategada” via governo e governo mais sociedade civil. Então a gente tem que inovar, a gente então pode deixar de olhar por que as pessoas estão inovando. Nesse final de semana agora está tendo um super seminário do Park Alliance de Minnesota, onde estão discutindo uma série de financiamento públicos e privados para inovar e transformar as áreas verdes. A gente tem que entrar nessa agenda.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. TOBIAS FURTADO – Esses parques em laranjas são parques em países como Suécia, na Escandinávia, em toda a Alemanha, na França, aqui na nossa vizinha Argentina. Todos eles têm doação e ativos inexpressivos, são dependentes do Governo e têm mão de obra pública. E tem muitos parques bons. É por isso que a gente deve manter como está? Não, no Brasil a gente sabe que a coisa não está funcionando bem. Em outros países, em outros locais, como consequências históricas, essa coisa também não funcionou bem. Então como podemos inovar com responsabilidade. Parques até nos Estados Unidos, como o Golden Gate Park, três vezes o tamanho do Ibirapuera, gigante, é um parque, igualmente como os outros em laranja, gerido com ativos inexpressivos, dependente de Governo e com mão de obra pública.

Mas o gestor do parque falou “poxa, eu quero fazer diferente, eu quero inovar”. Por começou? Plano diretor. Não adianta nem cogitar “concessionar” para um contrato de 20-30

anos se você não sabe aonde você quer chegar. Não adianta você passar se você não tem clareza. O que ele fez? Juntou e fez um plano diretor – plano de circulação, plano de acessibilidade, plano de *facilities* – os equipamentos –, plano para o cuidado das áreas verdes, e isso norteou muito nesse cuidado. E no plano financeiro, de tudo que pegou, o que em inglês a gente chama de *quick queen*, que é grande resultado em curto espaço de tempo, foi a sociedade civil.

Empoderando a sociedade civil, como fez o parque de Chicago, que está um passo à frente, criando uma conservação com uma sociedade sem fins lucrativos dedicada àquele parque, eles fazem todas as benfeitorias e conseguem transformar o parque com responsabilidade, com interesse público, respeitando aqueles que estão dentro do parque, respeitando os equipamentos e quem trabalha lá. É um planejamento que pode ser feito a quatro mãos, com metas e com plano de trabalho.

Diferente disso tudo são esses dois parques em azul – El Retiro, e todos os parques em volta de Madrid; e parques, por exemplo, como o Ibirapuera. Tem contratos anuais que chegam até cinco anos, que é o caso do Ibirapuera, e que, muitas vezes, você tem a mão de obra, que está no contrato, mas você não tem o cimento, não tem a madeira. É ineficaz, é ineficiente. Quantas vezes, eu, como conselheiro e ativista de parque, fui lá emprestar a minha furadeira para ajudar no parque. E isso é inconcebível, imaginando que eles têm um contrato de dez milhões de reais, mas não estava lá escrito que tinha isso, e por isso não funciona.

Então eles inovaram, por exemplo, lá em Madrid, na Espanha, “poxa, o.k., nós vamos fazer um contrato de nove anos” e passaram sim para as empresas, mas ela não explora os ativos, ela recebe nove, mais um ano, 40 milhões de euros, que seja, para executar isso tudo e no contrato delas está cuidar dos parques, mas o controle permanece público. A coisa de explorar os ativos e explorar os parques é uma coisa que não pode ficar na mão de empresa. Eu adoro empresa, adoro lucro e acho que o capitalismo é o caminho, mas para gerir áreas públicas você tem interesse público. Você tem altíssimo risco nos parques. O Parque

Ibirapuera arrecada um milhão e pouco e custa 29 milhões. Olha o risco. Que retorno teria que ter para o acionista? Qual é a multiplicação dele para os outros parques? Não faz sentido, por isso que ninguém adota.

Royal Park. Como são os parques londrinos? O próprio colega do Semeia, Fernando, apresentou um parque, apresentou aqui como uma das iniciativas privadas. Sim. Gerido por sociedade civil. Pode ver, o parque é gerido por sociedade civil. Pode ver o Park Trust. Mas o que obviamente você ter a agilidade privada desde que você tenha o interesse público. A questão é como fazer isso. Eles têm ali nos parques londrinos uma série. Eles passam contratos para privados dos parques londrinos, apesar de ser feita uma agência, quase como OS, mas OS não funcionam tão bem, como exemplo de Belo Horizonte, que a Fundação de Parques, que gere quase cem parques, mas tentou fazer o que a Prefeitura está fazendo hoje e não conseguiu, o Rio tentou fazer e não conseguiu. Tem que dar parabéns para a equipe deles, pela mobilização de pessoas que estão tentando propor inovações para o parque. Agora no final, no dia 24, recebe um modelo e a gente tem que pensar, e a Prefeitura tem que avaliar junto com vocês, com a Câmara, qual é o caminho a seguir. É hora de refletir sobre o assunto. Lá eles contratam um terceiro para executar o parque.

Lá no Parque Burle Marx, outro citado aqui, eles chegaram a subcontratar, depois pensaram bem e viram que é muito mais eficiente ter gente própria. Então é esse exercício, essa troca que é sadia para a gente pensar qual é a melhor governança, porque todo mundo aqui não quer só gerir os parques bem, a gente quer transformar em parques melhores e ter mais parques pela cidade.

Agora, de todos esses modelos eu destaquei em verde escuro que são parques de Nova Iorque e parques do México. Lá não tem esse complexo de vira lata, parque no México, é o Parque Chapultepec, é o Ibirapuera de lá, quatro vezes o Ibirapuera daqui, parque gerido até pelo Governo Federal, ele doa dinheiro, só que mesmo lá os banheiros estavam sucateados, estava caindo aos pedaços, uma área de importância ímpar. Solução? Criar uma organização

da sociedade civil que começou a captar doação e transformar aquilo com responsabilidade. De quem eles seguem o modelo? De quem está seguindo modelo desde Moscou até todos os cantos dos Estados Unidos e da América Latina? Do Central Park Conservation, que foi um dos primeiros a fazer isso. Então o Parque do Carmo, que é o próximo parque e o Central Park criaram uma governança e transformaram o parque ensinando e sendo os primeiros no mundo a conseguir transformar como as coisas são feitas, a repensar. Eles falaram: “O melhor caminho é trazer as pessoas, empresas, para apoiarem esse projeto”.

Agora, em que modelo a gente deve se espelhar? A gente deve focar no melhor deles, vamos focar no Central Park, que paga as contas inteiras, é o único que talvez paga 75% das contas, mas os outros 25 que ele não paga ele recebe via concessão de transferência do Governo, são contratos de dez anos muito factível dentro da nova Lei do Marco Civil, 13.019. Tem um caminho para ser feito, tem um caminho para ser trilhado, mas depende de vocês influenciar o Vereador, conversar e querer saber mais para a gente não entrar numa coisa que não possa ser o melhor daqui a cinco, daqui a 20 anos.

Então como é que a política que o governo, eu entendo, pode estar entrando e qual é o caminho futuro dela. Em Nova Iorque eles fizeram política de parceria, não tinha nenhuma organização da sociedade civil dedicada às áreas verdes, hoje você tem dezenas, vertical, cuidando de um parque, e horizontal, quando faz eventos em vários, quando propõem coisas separadas, mas é a população, que empodera a sociedade no todo, mas é um caminho trilhado devagarzinho.

Agora tem uma coisa, a gente tem que entregar, temos que inovar e não temos que ter medo de fazer isso. Então o que a gente tem que ponderar é qual o melhor modelo, mas com astúcia, com calma. Parques é diferente de bilhete único, parques é diferente de funerária, é diferente de uma série de coisas, é área pública, ele deve ser tratado nessa 13.019 de maneira diferente, na verdade, nem precisava estar aqui, para falar a verdade, se quisesse concessionar, a não ser que fosse OS, podia ter transferência lá atrás, mas a gente está tendo

a oportunidade de debater em audiência pública, a gente tem que tratar isso com muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Por gentileza, conclua.

O SR. TOBIAS FURTADO – Então, o City Park Foundation, que não vai dar para falar, soluções para parques lineares de Trust, Blind Park, praças e etc, que é fantástico, e o Parque Ibirapuera, como outros, pode ser o alavancador disso tudo.

Agora, último slide e central. Por que a sociedade civil é essencial? Porque as empresas podem apoiar a sociedade civil. Porque via sociedade civil você vai ter isenção fiscal, porque igual ao que Secretário Natalini colocou, no Parque Volpi, que a empresa foi lá e apoiou, se ela tivesse feito igual ao parque da Associação dos Parques do Povo ela teria 34% de isenção fiscal. É mais interessante. O superávit fica sempre dentro do parque se você tiver, é reinvestido ali, não tem risco. A capilaridade da captação de recursos, você pode jogar uma série de projetos incentivados, você traz verbas nunca imaginadas por empresas com fins lucrativos e a política pode ser replicada em todos os parques, não só pode como deve.

Obrigado, vamos torcer e batalhar pelo melhor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Houve uma permuta de tempo com alguns que iam colocar e ser repetitivos, por isso ele falou dez minutos.

Tem a palavra a Sra. Antonia Cileide de Oliveira de Sousa, Presidente da cooperativa do Ibirapuera, Coopevap.

A SRA. ANTONIA CILEIDE DE SOUSA – Boa tarde ou boa noite. Eu sou Antonia, presidente da Cooperativa do Parque O Ibirapuera. Quero agradecer a presença de todos vocês, munícipes, nossos colegas cooperados do parque Ibirapuera e do Parque do Carmo, pessoal que veio dos artesanatos do Parque Ibirapuera e vocês, Vereadores que estão fazendo o seu trabalho aqui. Aqui a gente conta com o trabalho de vocês, nós não temos a quem recorrer, então gostaria que vocês vissem esse trabalho, essa privatização, que não é uma privatização, é uma concessão.

Aqui nós não estamos para dizer se somos contra ou a favor, aqui estamos dizendo o seguinte, primeiramente são 116 pessoas que trabalham na Cooperativa do Parque do Ibirapuera, eu trabalho há mais de 30 anos, 40 anos dentro do Parque do Ibirapuera. Tem mais 52 pessoas da cooperativa que estão dentro do Parque do Ibirapuera, tem o Parque do Carmo que também tem uma cooperativa com 95 pessoas. Então estamos falando de pessoas humanas, estamos falando de pessoas que trabalham, estamos falando de famílias, estamos falando, só na Cooperativa do Parque do Ibirapuera, que eu sou presidente, temos 1.400 pessoas indiretamente que tem trabalho por conta dela. Então quero o seguinte, já conversei com o Secretário do Verde, com o Secretário Poit também, fizemos o nosso projeto também e o que eu falo para eles é o seguinte, nós sabíamos que em contrapartida a gente deveria apresentar um projeto, com as outras empresas, mas a gente apresentou um projeto de vida, porque nós não somos uma empresa do tamanho que é necessário, do tamanho que conta, mas nós levamos nosso projeto. Dos 26 projetos, foram aprovados 21, dos quais nós não fomos aprovados, porque não tínhamos tamanho para essa situação. Mas a gente tinha e tem essa clareza, mas quero dizer que queremos a garantia do nosso trabalho, porque todas as pessoas, olhem aqui, olhem para esses senhores e senhoras que trabalham lá, têm mais de 60 anos, são sexagenários, deficientes físicos, trabalhadores. As empresas, se fosse o dono de uma empresa e ganhasse a concessão do parque, eu iria pôr aquelas meninas bonitas, rapazes bonitos para trabalhar, lógico, é comércio. A gente não é cego, cego é aquele que não quer ver. Mas estou falando dessas pessoas que trabalham lá, que sustentam suas famílias, que são 60% mulheres chefes de família. Eu estou falando com vai ser o nosso trabalho? Eu estou falando o que vai ser da nossa vida? É a vida de cada um. A vida dessas pessoas, nós não estamos pensando só nos parques, nas áreas verdes, é lógico que a gente tem a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Sra. Antonia, a senhora pode concluir.

A SRA. ANTONIA CILEIDE DE SOUSA – eu quero dizer o seguinte, a pergunta,

como nós vamos participar dessa situação. O Prefeito, eu acredito na palavra do Prefeito Doria, estive com ele três vezes, eles falaram: “Fiquem tranquilos, vocês continuarão trabalhando”. Acredito que o que é falado sai ao vento, mas a palavra de um Prefeito não pode ser ao vento, porque a palavra dele tem fé, e acredito nisso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias.

O SR. WILSON POIT – Sr. Presidente, estamos anotando todas as respostas, rapidamente. Ficamos felizes pelo número de pessoas participando na Câmara Municipal, e vamos responder a todas.

Para ganhar tempo, vou falar de algumas questões importantes que foram faladas, para tirar a dúvida, a preocupação, ou até repetir algumas coisas que falei na minha apresentação inicial. Em seguida, prosseguiremos.

Nobre Vereador Alfredinho, inclusive, deixou aqui uma lista das perguntas, junto com a nobre Vereadora Juliana Cardoso, e responderei todas. Mas gostaria de destacar o tema “modelagem”, que foi questionada. A modelagem de concessão não é uma privatização e está totalmente aberta ainda.

Esse é um processo democrático em que nós estamos ouvindo as contribuições. O prazo também não está determinado, porque, conforme a quantidade de investimento que o proponente fizer no equipamento, o prazo precisa ser maior ou menor. Na licitação, nós decidiremos esse prazo, que será avaliado, para que seja reformado, ou que um novo concessionário assuma.

Sobre contrapartidas, também se perguntou aqui, então repito: as contrapartidas de quem assumir os parques são a renda dos estacionamento, de realização de eventos – nunca cobrando da população, mas sim do patrocinador do evento; alimentos e bebidas; aluguel de bicicletas; wi-fi; cobranças por locação de filmagens, como disse o Dr. Natalini.

Novamente, esclarecendo, não são só 14 parques, são 107. Quatorze estão nesse procedimento de manifestação de interesse, que são suficientes para se ter uma ideia do interesse do concessionário e das contrapartidas propostas. Quando lançarmos o edital, vamos contemplar todos os parques, e não só o filé mignon, como foi dito aqui.

Como disse o nobre Vereador Police Neto, a Prefeitura não está buscando lucro, mas estamos buscando desoneração, investimento, principalmente um contrato equilibrado. Tem de ser bom para a Prefeitura, bom para o investidor, porque dinheiro não cai do céu, e muito bom para a população de São Paulo, que frequenta os parques, pois sairá do parque muito mais feliz.

Qual é a fórmula? É isso que estamos construindo juntos. A nobre Vereadora Juliana Cardoso perguntou se alguém terá de pagar para usar o banheiro. Jamais. Não pagará pelo uso do parque; não pagará para entrar no parque; não pagará para usar o banheiro; não pagará para usar os brinquedos. Eu já disse quais são as contrapartidas, então fiquem tranquilos. Responderei isso, por escrito, para a bancada.

E a modelagem pode, sim, ser feita em paralelo com a Câmara. Nós já estamos consultando o mercado, ganhando tempo. Muitas outras vezes na história de São Paulo e do Brasil, foi feito assim. Enquanto a Câmara ainda não aprovar a lei, nós podemos consultar o mercado e fazer o que já estamos fazendo, junto aos Srs. Vereadores inclusive, para ir melhorando a lei. Por isso estamos fazendo em paralelo, pois é possível,

Agradeço as palavras de apoio dos nobres Vereadores Fabio Riva, Rodrigo Goulart, Caio Miranda, dizendo que realmente constará isso e repetindo sempre que não será cobrado; do Professor Claudio Fonseca, do Dr. Natalini, que admiro muito, a pessoa certa no lugar certo, com quem estou aprendendo muito; agradecer a Vereadora Janaina pelo apoio; Vereador André Santos, que falou muito apropriadamente que os recursos irão para a população. E eu gostaria de reforçar o que o Vereador André falou. Esta Casa já aprovou a primeira lei da nossa Secretaria, neste ano, aprovada com 42 votos dos 55 Vereadores,

carimbando esse dinheiro. A população não deve ter dúvida de que todos os recursos desse programa de desestatização serão destinados para o fundo que foi proposto pelo Prefeito, aprovado por esta Casa: Fundo Municipal de Desenvolvimento Social, cuja única destinação será investimento em áreas prioritárias, como saúde, habitação, educação, do que a Cidade mais precisa. Isso está garantido.

Também teremos uma agência reguladora municipal, junto com a Secretaria do Verde, porque a Prefeitura e a Secretaria do Verde não fugirão da responsabilidade de fiscalizar o dia a dia do concessionário e tudo o que estiver no contrato.

“Nobre Vereador Souza Santos, agradeço as suas palavras e dizer que estou totalmente à disposição. Teremos, sim, mais audiências em agosto, tantas quantas forem necessárias, mesmo no final do ano, na hora do lançamento do edital. Não só aqui como nos próprios parques”.

Ao amigo Tobias, que fez uma bela apresentação, agradecer muito o apoio, dizer que nós estamos totalmente alinhados com a agilidade privada, mas com garantia de interesse público. Lembrando que ele está participando do processo, a associação dele é um dos 21 agentes habilitados. Lembrando também que não existe só o Parque Ibirapuera para nós, são mais 107 parques. Ibirapuera é emblemático, é muito legal, bacana, é cartão postal, mas nós queremos uma solução também para o Parque do Carmo, para o Parque do Trote, para os parques da zona Sul, zona Norte, Leste, Oeste, para todos os parques.

Sra. Antônia, que falou agora, eu garanto à senhora que a palavra do Sr. Prefeito já foi dada a ela, inclusive na minha presença, pelo menos umas três vezes, de que os permissionários e as cooperativas permanecerão no parque. Isso já está escrito. (Palmas)

Prefeito Doria já disse isso pessoalmente no parque, pediu que nós escrevêssemos no procedimento de manifestação de interesse e estará na licitação. Os permissionários terão de ser fomentados na integração. É lógico que terão que progredir, estamos pensando numa cidade para frente, vamos incentivar o empreendedorismo, para que parem de andar de lado,

para que progridam, para que tenham os seus quiosques mais bonitos. Mas quem ganhar a permissão terá de fomentar e integrar os permissionários e a cooperativa existente.

Volto, se for necessário.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Secretário. Tem a palavra o Sr. Eduardo de Sales, do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera.

O SR. EDUARDO DE SALES – Boa tarde a todos. Faço parte do Conselho Gestor do Ibirapuera, mas também sou um dos vendedores autônomos do parque.

Estou tentando entender um pouco todo esse processo, e algo que me preocupa um pouco é o que o senhor acabou de falar, sobre as contrapartidas, que a empresa terá direito a explorar estacionamento, comércio; e, embora o Prefeito já tenha garantido que a gente vai permanecer, se a empresa tem o poder de explorar, como fica a nossa situação?

Outra coisa também que me preocupa é como fica a situação dos Conselhos Gestores nos parques.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Diogo da Luz.

O SR. DIOGO DA LUZ – Boa tarde a todos, membros da Mesa, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, me parece que R\$ 180 milhões é bastante dinheiro, especialmente se a gente considerar que é dinheiro de imposto que a gente paga contra a vontade.

Ninguém paga imposto porque quer, só paga porque é obrigado. Portanto, se aparece alguma empresa, ou mesmo uma pessoa, com disposição de, voluntariamente, bancar despesas do bem público, acho que a gente sempre tem que aproveitar.

Um exemplo bom de como isso funciona é o Parque Sabesp, na Mooca. Não sei se vocês conhecem, ali havia uma caixa d'água e ninguém podia entrar naquele lugar. A Sabesp teve a ideia de fazer uma laje, um aterro, e abrir aquele espaço ao público, apenas em troca de publicidade. É gratuito, as pessoas utilizam o parque, que oferece: fraldário, banheiro,

espreguiçadeira, e é muito agradável. A custo zero para a população.

Tenho absoluta convicção de que parques como o Ibirapuera, como o Parque do Povo, e muitos outros parques, também despertam o interesse de empresas que estejam lá apenas para associar à sua imagem, ou para explorar algum show, ou qualquer outro evento que possa fazer. Acho ótimo que dinheiro voluntário seja colocado nos bens públicos, e temos de aproveitar.

Parece que está muito claro o compromisso do Prefeito e do Secretário Poit de que não haverá cobrança de ingresso, não haverá ônus para os usuários, apenas melhoras. Só vejo vantagem nisso. Vejo algumas pessoas pedirem gratuidade, mas não existe gratuidade. A gente tem de lembrar que o que a gente chama de gratuidade é aquilo que está sendo pago por nosso importo. Portanto, o dinheiro das empresas, voluntariamente, sem cobrar ingresso nosso, sem nos onerar mais, é muito bem-vindo.

Vejo as pessoas que criticam dizerem que poderá ser ruim. Eu gostaria de ver alguns exemplos de casos como esses que tenham sido ruins. É apenas vantagem. Vamos aceitar toda contribuição voluntária das empresas para os nossos parques.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Márcio Pinheiro, usuário do parque.

O SR. MÁRCIO PINHEIRO – Boa noite. Cumprimento todos os Vereadores e Vereadores, Srs. Secretários, os presentes no plenário e aqueles que nos assistem pela TV Câmara São Paulo.

Sou frequentador do Parque há muitos anos e, em outubro de 2016, quando comecei a ouvir o tema da concessão do Parque Ibirapuera, fiquei muito atraído e muito curioso para saber o que aconteceria com o parque e, principalmente, como eu poderia dar uma contribuição. Então, criei um grupo na rede social, para o qual convidei alguns amigos, desde então eu seleciono algumas informações da internet e posto no grupo, compartilho posts

que vejo na internet e, principalmente, faço alguns levantamentos pelo parque: tiro fotos, desenvolvo alguns raciocínios e estou fazendo um histórico de todos esses últimos fatos.

Ao saber desta audiência, da vontade das autoridades públicas de ouvir sugestões e também algumas visões a respeito do Parque, eu vim participar. Então, minha primeira sugestão é a seguinte: é o momento de projetarmos e pensarmos especificamente no Fundo, no que vocês chamam de “dinheiro carimbado”. Acho que esse é um ponto importantíssimo de toda essa questão.

Desde já, quero chamar a atenção para esse ponto e saber como a população poderá acompanhar não só como foi dito pelo Secretário Wilson Poit, de acompanhar a avaliação do serviço lá na frente, mas de termos dados relativos às finanças, ao orçamento.

Quando o Sr. Secretário disse que o momento que vivemos na cidade de São Paulo poderá ser exportado para 300, 400 municípios, eu acredito nisso. E a possibilidade de criarmos já esse instrumento, um aplicativo, para que, lá na frente, as pessoas possam avaliar os serviços, acompanhar os índices que os concessionários terão de seguir. Nesse aplicativo, poderá estar até o contrato, enfim. O importante é ter a ideia, e os especialistas saberão como desenvolver. Assim, haverá transparência, educação e cidadania.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Brasil Laerte.

O SR. BRASIL LAERTE – Sou da Unespa, uma universidade de mais de 98 países, que tem a associação de cidadãos e de cidadãs em defesa dos parques e do meio ambiente de São Paulo.

Eu já analisei esse projeto 367, e ele não diz nada, para onde vai ou para onde vem, é um verdadeiro pacote, cheio de imbróglho, cheio de mutreta e cheio de conto de fadas.

O Secretário e o Prefeito têm boas ideias, mas vou fazer a minha pergunta: não será cobrado nada dos usuários dos parques? Qual empresa quer ganhar a concessão de um projeto desse? Além disso, o Doria pode ter boas ideias, mas só quem manda na Prefeitura de

São Paulo é o Geraldo Alckmin; e, ao longo desses anos, o Geraldo Alckmin vem navegando em águas turvas e conseguiu transformar a cidade e o Estado de São Paulo numa verdadeira capitania hereditária, em que 10% de ladrões e usurpadores do poder sobem.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) - Sr. Laerte, o senhor se refira ao tema que estamos tratando aqui. O que acontece no Governo Estadual não está em pauta.

O SR. BRASIL LAERTE – Ele conseguiu expulsar e falir cerca de 42 empresas de São Paulo, colocando mais de dois milhões de pais de família no desemprego com a “roubança” que ele vem fazendo hoje, que chega até o final do mandato dele, mais de 140 bilhões. Mas, eu acho até o Governador engraçadinho, sabe por quê? E até o mais religioso Governador do planeta, porque ele leva um terço de todas as obras que ele inaugura e leva um terço de tudo o que é produzido...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – O senhor, por gentileza, conclua, senão vou ser obrigado a ser indelicado e eu não quero.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sei, já estou concluindo, Presidente, calma.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Eu estou sempre calmo.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu acho que é muito engraçadinho, enquanto ele age...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Quero anunciar a honrosa presença do Vereador Toninho Vespoli.

Tem a palavra o Sr. Marcos José.

O SR. MARCOS JOSÉ – Algumas dúvidas e colocações, só queria que os Vereadores, depois na discussão, pudessem apreciar com relação ao projeto de lei.

Uma das questões: TV todo mundo assiste televisão aqui, correto? TV é aberta, contudo, se você quiser ver um canal ou outro você paga e aí você é um VIP. Se você quiser um pouquinho mais, você paga o *premier* e você consegue outro acesso. Então, que não ocorra nos nossos parques setorização, porque é o seguinte: eu não pago para entrar no parque “x”, eu vou pagar depois para ir naquele local ali, porque daqui vai ter um cercado e vai

ter uma pulseirinha.

Hoje levo a minha filha, o meu filho, a minha mãe até aquele ponto. E, a partir do momento eu não vou poder mais levá-los lá e vou ter que falar para meu filho que a gente não pode ir lá porque a gente não tem dinheiro. A gente não é alguém de caráter para estar indo lá”. Então, que isso não ocorra, porque isso pode ocorrer. Isso já ocorria no Parque Buenos Aires, o pessoal fazia festinha lá dentro e colocava segurança em volta para as pessoas não entrarem. Então, essa é a primeira coisa.

A segunda coisa é evitar o número de eventos. No Burle Marx existe uma quantidade de eventos lá realizados. Então, que exista uma limitação na quantidade de eventos de cada empresa. Também limitar área construtiva, porque vão ter que ser feitos alguns... igual vai ter que fazer o teleférico. É uma área construtiva e é uma torre, vai ter que criar um portal de entrada. Então, que exista limitação disso.

Existe também a questão dos permissionários, que mantenham esse nosso pedido, que a empresa não possa criar condições de inviabilizá-los, porque eu posso ir lá e fazer um quiosque para os senhores que custa 50 mil reais. Vocês vão conseguir pagar? Entendeu?

E uma outra coisa também é limitar o número de permissionários de acordo com uma faixa, de acordo com o tamanho de parque. Então, para a gente ter um parque, vamos colocar o Parque Ibirapuera, que é um tamanho grande ou tem uma faixa de permissionários limite, porque senão a gente vai encher de permissionários local, vai se tornar incômodo para a população que está lá e também vai inviabilizar todo mundo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Marcos José. Tem a palavra o Sr. Caíque Mafra.

O SR. CAÍQUE MAFRA – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Srs. Vereadores e demais autoridades aqui presentes e a todos que nos assistem pela TV Câmara e nos ouvem pela Rádio Câmara. Sintam-se todos devidamente cumprimentados.

Meu nome é Caíque Mafra, eu tenho 23 anos e queria agradecer ao Poder Público pela oportunidade de promover esse debate de um tema tão sensível da população, que é de fato a responsabilidade com o gasto público e o dinheiro do pagador de impostos.

Eu acabei aqui por fazer um levantamento de alguns argumentos e principais pontos que muitos que se opõem ao projeto da desestatização de espaços públicos promoveram e resolvi escrever neste bloco aqui. E como vocês podem ver, ele se encontra em branco, porque de fato não há argumento plausível para se opor a esse projeto. Ir contra esse projeto é ir contra São Paulo, é ir contra a responsabilidade do gasto público e principalmente subestimar a inteligência de um cidadão paulistano.

Eu poderia estar citando vários exemplos no estrangeiro de determinados parques ou outros parques ao redor do mundo, que de fato utilizam modelo semelhante ao que o Prefeito João Doria quer implementar aqui. Mas vou focar principalmente em questões e exemplos que estão na cidade de São Paulo como já foi anteriormente levantado, que é a questão do Parque Burle Marx. Comparar também com outro parque de metragem semelhante, que é o Parque da Aclimação, é uma metragem bem semelhante.

O gasto anual de despesa do Parque Burle Marx é de 752 mil reais, aproximadamente, tudo mantido por dinheiro privado, enquanto o Parque da Aclimação tem 2,8 milhões de reais, que vem de fornecimento público. Vocês devem imaginar que de fato a discrepância entre um gasto e outro é que o serviço do Parque da Aclimação seja pelo menos quatro ou cinco vezes melhor pelo fato de ser mais caro, até se você levar o metro quadrado em consideração.

Mas, infelizmente essa não é a realidade. Tive a oportunidade de visitar ambos os parques, o Burle Marx e o da Aclimação, assim como muitos parques na Cidade e não foi essa realidade que eu vi. Eu vi de fato um serviço muito melhor no Burle Marx, em que a gente tinha um serviço de zeladoria muito melhor, com a grama o tamanho cortado. Excepcionalmente também na situação dos banheiros, que é discrepante, convido todos a visitar ambos os

parques e comparar que no Burle Marx de fato a gente tem um banheiro muito melhor.

A questão da segurança também, a vigilância que é posta lá de fato funciona no Parque Burle Marx. Nos outros a gente teve anteriormente um pequeno problema com uma espécie de contrato, mas a Guarda Civil Metropolitana teve que sair o contingente das ruas para estar no parque aliviando a situação.

E a outra questão que julgo talvez ser a mais importante é a parceria público privada, que enquanto 752 são mantidos com dinheiro privado que provem de receitas que a gente pode ver como, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Sr. Caíque, se o senhor puder concluir.

O SR. CAÍQUE MAFRA – Vou concluir, vou concluir. Gastos que vêm de receitas de direito de uso de imagem, estacionamento, entre outros, enquanto 2,8 milhões do Parque da Aclimação são destinados de dinheiro público que poderiam ir para questões mais sensíveis e humanitárias da Cidade, como saúde e educação.

Por isso peço um apelo aos Srs. Vereadores que estão aqui presentes e demais autoridades que aprovem essa medida, que tenham responsabilidade com o gasto público que para isso muitos aqui foram eleitos. Só queria deixar uma última frase, que a lei de fato não vem da vontade do legislador e sim do compromisso do mesmo e me dou por satisfeito.

Obrigado, Sr. Presidente e a todos os presentes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Sr. Caíque. Tem a palavra o Sr. Eugênio Luiz.

O SR. EUGÊNIO LUIS – Boa noite a todos os presentes. Sou Eugênio, da Brasilândia/Freguesia do Ó, um dos representantes do Parque Municipal da Brasilândia, acompanhando também o Sr. Cícero, representante do Parque do Morro Grande e Sr. Otacílio, representante do Parque Municipal do Jardim Perus.

Eu trouxe rascunhadas algumas propostas nossas e a primeira é que na discussão da PL 367, primeiro: devemos ratificar, nunca, em momento algum, deverá haver a cobrança

de ingresso aos parques. Isso já foi discutido aqui, acredito que é ponto “passivo”, não haverá de haver outro caminho.

Outra proposta é que as lanchonetes e comércios sejam criadas, administradas com preços populares, porque no momento que se colocar lá lanchonetes e comércios mais elitizados, automaticamente estará excluindo a população mais carente.

A terceira proposta é preservar 100% as áreas verdes dos nossos parques, ou seja, qualquer construção, edificação ou reforma, que se faça dentro do que já tem na área construída, nada de se avançar área verde do parque em questão.

A princípio nós somos parcialmente a favor desse projeto, dessa concessão, às empresas privadas, por isso, a nossa opinião, seria o quarto ponto, é que seja feita uma fiscalização rigorosa por parte do Governo e que a gestão seja exclusiva do Governo. As empresas concessionárias vão apenas administrar pontos pré indicados, ok?

E também, nesse projeto, faremos de uma forma concreto e direitinho, dentro da lei, e vamos voltar um pouco, dar uma freada na decisão, convocando todos os movimentos, todos os representantes gerais do bairros e de suas regiões, dos parques, para conversar com os representantes, por exemplo, o Eugênio e outros representantes do Parque Municipal da Brasilândia, do parque do Morro Grande e do parque Peruche, na nossa região da Brasilândia – Freguesia do Ó.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Por gentileza, para sua conclusão.

O SR. OTACÍLIO RIBEIRO - E, para concluir, já deu três minutos de fato.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Já deu três minutos e vinte.

O SR. OTACÍLIO RIBEIRO - Que o Secretário nos fale sobre os nove parques que estão para serem criados na nossa região, principalmente o parque municipal da Brasilândia e o parque municipal do Morro Grande. Muito obrigado. Parabéns a todos os que estão presentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Sr. Otacílio. Com a palavra o Sr.

Francisco Ferreira Cavalcanti. Estamos solicitando para que se possa agilizar, porque às 19h teremos um evento no plenário.

O SR. FRANCISCO FERREIRA CAVALCANTE – Boa noite a todos, muito obrigado ao nobre Secretário Gilberto Natalini que está presente, ao Secretário Wilson, ao nobre Vereador Toninho Paiva, Presidente dessa audiência, aos demais Vereadores presentes e todo o público que está nessa plenária.

Sou Francisco Ferreira Cavalcante, vulgo Xexéu Cavalcanti, Presidente do Núcleo da Fundação João Mangabeira. Estou aqui em nome do referido Núcleo e também em parceria com o jornal *A Militância*, bem como a Associação Residencial Jaú. Quero falar da minha região. Não quero falar da região da região de vocês que falaram e também não quero falar das regiões internacionais.

Primeiro parabenizar os proponentes desse projeto de parceria dos parques. E não só dos parques, mas também dos órgãos públicos dessa cidade. Para quem entende, tem um pouco de conhecimento, sabe que essa será a melhor solução para se resolver e transformar a Cidade. Claro que respeitando as leis federais e passando pela complementação de lei passando por essa Casa. Porque nada funcionará se não passar pelos trâmites dessa Casa.

Claro que não vim aqui preparado para falar das leis, mas quero me propor a falar na próxima audiência e ajudar também na organização da comissão dessa parceria, baseados nas leis federais, e que envolve também a Lei 11.891, a Lei 8.313 e a Lei 9.605 e a Lei 7.347.

Quero dizer que o Prefeito Doria, com esses Vereadores dessa Casa, estão de parabéns em propor essa transformação da Cidade. E, pelo que está propondo, não é necessário cobrar nada da Prefeitura nem dos órgãos públicos.

Agora, posso só dar um exemplo rápido aos nobres Vereadores dessa Casa, pois recentemente os nobres Vereadores aprovaram um projeto de lei nessa Casa quando se trata de cobrar os impostos das grandes empresas que não pagam – vou dar dois exemplos - quando se trata da questão dos bancos, que fizeram a desoneração dos grandes impostos, de

milhões, desoneração dos impostos, tem duas grandes empresas nessa cidade, a Tejofran que deve 420 milhões de impostos, estou dando um exemplo, quando se pega a PPP – a parceria – com instituições qualificadas, porque tem umas aí que não estão, mas as qualificadas, para fazer uma PPP, isso é abatido do imposto de renda. O que será transformado, ou seja, os impostos que iriam para o Estado ou para a União, fica no Município.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Pode concluir, Sr. Francisco.

O SR. FRANCISCO FERREIRA CAVALCANTE – Desculpa, muito obrigado, nobre Vereador. Só queria fazer um agradecimento muito rápido ao Vereador e Secretário Gilberto Natalini, pois fiz alguns ofícios referente ao parque linear do Oratório, lá em Sapopemba, na minha região, na nossa região, que demorou, mas foi resolvido, viu nobre Secretário? Muito obrigado pela parceria do Secretário de Esportes que deu uma atenção. E, desculpe, Sr. Presidente dessa comissão, na próxima quero vir preparado, com a ajuda para preparar esse projeto nas leis federais, com a lei complementar desse Município. Muito obrigado aos nobres Vereadores dessa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado Sr. Francisco Ferreira. Com a palavra o Sr. José Baranji Filho.

O SR. JOSÉ BARANJI FILHO – Boa tarde para todos, Sr. Toninho Paiva, um grande Vereador, Presidente dessa audiência, Sr. Secretário Poit, Sr. Secretário Natalini, Vereadores: Dalton Silvano, Nomura, Janaína Lima – uma nova Parlamentar. Boa tarde a todos.

Estou há 58 anos do lado do parque da Aclimação e hoje às 11h estive lá para ver como está correndo o risco de correr um grande incêndio, quero entregar isso ao Poit, por favor. Não interessa esse negócio aqui, porque o parque da Aclimação eu coloquei as grades em 1977 para não virar uma comunidade, é proibido falar favela, é comunidade, que nem a praça da Sé está degradada, mas vamos deixar isso. Trata-se aqui e agora dos parques.

Na Aclimação, o parque está com cheiro de esgoto, está meio abandonado, embora

o Natalini disse que não, mas é o que quero ver - esse é para o senhor, levarei ao Natalini o outro que eu tenho, pois ele vai me receber lá no Verde e Meio Ambiente, pois estou lá desde 30 anos -, então é a Prefeitura que tem de resolver isso aí.

Se eu coloquei as grandes em 77 para não virar uma comunidade – com todo respeito à comunidade, pois eu cuido de moradores de rua etc. -, mas, aqui, agora, você quer, você pode. Veja, o Unibanco, já em 1992, quando o parque foi fundado, eram cem anos, quis fazer uma parceria e não foi para a frente. Tem fotos que o Secretário poderá ver. Então acredito que a Prefeitura tem de resolver, porque se está há tantos anos, veja, 12 milhões na hora que avançou a circulação lá, 12 milhões e tudo isso aí não levou a nada. Tem de filtrar aquele esgoto, antes tinha pássaros, tinha tudo lá. Olha, não adianta, é aqui e agora.

É como o Dalton Silvano fala: o menino dos dois minutos, se fala três, não pode falar mais. Olha aí, Dalton, você está aí, o pessoal da Aclimação também, o pessoal de todos os bairros, do Ibirapuera mesmo, eu conheci quando não tinha nada, o José Carlos de Figueiredo Ferraz me ajudou a resolver o negócio de árvores lá no cemitério de Vila Mariana. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Sr. José.

O SR. JOSÉ BARANJI FILHO – Muito obrigado, o senhor é um grande Presidente dessa audiência. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Com a palavra o Sr. Presto, da Associação Comercial de São Paulo.

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESTO – Boa noite, Vereadores, Vereadores, senhoras e senhores, nobres Secretários. Acho que nós estamos discutindo ativos importantes da Cidade hoje que vão além do ativo do meio ambiente. Estamos discutindo principalmente um ativo socioeconômico e cultural.

Há dois pontos que ficaram bem esclarecidos, que tocam realmente nessa questão

sociocultural. O primeiro deles foi a não cobrança de ingresso nos parques, garantindo o direito constitucional de ir e vir e de aproveitar do equipamento público da cidade de São Paulo. E o segundo foi que as concessões envolvam os permissionários, que já estão há décadas nos parques; de modo que, se a gente levar em consideração o que é feito Brasil afora, como bom exemplo, essa é uma grande iniciativa, inovadora, desta gestão, para trazeremos evolução e progresso aos parques da Cidade.

Uma questão que ainda não está muito definida, Sr. Secretário Poit, seria justamente a regulação dessas concessões: como elas serão feitas? Se serão feitas através de uma agência regulatória ou se serão feitas através do Poder Público Municipal, através da própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Essa é uma questão para se esclarecer.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Quero cumprimentar o nobre Presidente Toninho Paiva, na pessoa do qual cumprimento todos os Vereadores. Cumprimento todos os Secretários, na pessoa do Sr. Natalini, que passou por esta Casa e fizemos muita coisa juntos; todos os presentes.

Como Vereador, para votar esse projeto, mais consistentemente, preciso esclarecer algumas coisas. A lei é muito vaga e genérica, tanto é que trata da questão de parques e vários outros ativos, como o Mercado Municipal, como um bolo de concessão, privatização, e tudo mais.

Então, mesmo que essa Administração tenha falado da questão de concessão dos parques, que não cobrará ingresso, qual a garantia que a gente tem, quando acabar essa concessão, que outro Prefeito não faça outra concessão que cobre ingressos para os cobres, já que a lei não especificou que é proibido cobrar ingresso. Então, essa Administração não tem como garantir que a próxima concessão não cobre ingresso nos parques. Assim, pode retirar a

possibilidade de ir e vir.

Nos parques hoje, por exemplo, há vários “trabalhadores e trabalhadoras que estão lá comercializando produtos, inclusive eles ajudem a administração a fazer a gestão de limpeza dos parques”. No Parque do Carmo, os comerciantes compram em torno de 150 sacos de lixo por semana e ajudam a recolher o lixo, coisas que a Prefeitura deveria fazer, e não faz. Então, eu queria saber se haverá garantia de que o pequeno comerciante que está nos parques continuará trabalhando lá, porque esse trabalho é fruto de subsistência daquelas famílias.

Outra coisa, o Planetário ficou durante anos parado ao lado do Parque do Carmo, a Prefeitura fez um investimento brutal e, agora que está feito, vamos passar para a iniciativa privada e as nossas crianças perderão a oportunidade de ter acesso àquele equipamento, já que ali, com certeza, será cobrado ingresso. É algo a se pensar. Outra coisa a se pensar é que hoje nós temos os conselhos dos parques. As creches indiretas da Prefeitura não têm conselho, as diretas têm. Não é a toa que é difícil as crianças comerem salsicha todos os dias na rede direta, porque lá tem conselho que fiscaliza. Então, qual será o tipo de fiscalização que haverá nos parques? Os parques continuarão com os conselhos?

O Tribunal de Contas do Município não tem condição de auditar todos os contratos. Eles fazem por sorteio e auditam em média 10% de todos os contratos em todas as pastas. Então, eu gostaria de saber como será a fiscalização disso, já que o próprio Tribunal de Contas não consegue fazer a fiscalização adequada?

A gente soube que uma das propostas para o Parque do Carmo era aterrar o lago do parque e instalar um Burger King e um McDonald's naquele lugar. Eu sei que isso já foi reprovado, mas era discussão que, inclusive, rolou no conselho do Parque do Carmo. Quer dizer, se por um lado temos empresários comprometidos e querendo realmente trazer um desenvolvimento, a Lava-Jato tem mostrado que nem todo empresário pensa assim.

No momento em que não há uma fiscalização do TCM e dá um poder muito grande de administrar, eu queria só saber como será essa fiscalização. É uma preocupação.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Secretário Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT – Sr. Presidente, para dirimir algumas dúvidas e alguns agradecimentos. Quero agradecer a fala do Sr. Caíque Mafra, que fez uma ótima comparação entre os parques Burle Marx e Aclimação, um parque com iniciativa privada e um parque público; agradecer muito o Sr. Diogo da Luz pela exposição e reafirmação de que jamais será cobrado ingresso pelo uso dos parques.

Sr. Eduardo de Sales questionou a situação dos conselhos gestores, e já respondendo também ao nobre Vereador Toninho Vespoli que os conselhos gestores serão mantidos. Isso está garantido por lei, é a Lei 15.910, de 27 de novembro de 2013.

Também agradeço o Sr. José Barange, inclusive pelas fotos e pela carta trazida; Sr. Francisco Ferreira, que falou sobre o protagonismo desta Casa. Acho que a Câmara vive um momento importante, vibrante, começa esse mandato de maneira espetacular, participando, trazendo o público aqui; e o Sr. Francisco destacou esse protagonismo e falou também de Sapopemba.

Sr. Eugênio, do Parque Brasilândia, os preços populares dos estabelecimentos de alimentos e bebidas serão regulados no contrato e compatíveis à região. Também qualquer construção adicional ao parque sempre respeitará a legislação urbana, principalmente garantirá a presença do verde e o protagonismo do parque.

Sr. Marcos José, não haverá pagamento setORIZADO, de algumas áreas do parque serem pagas, outras não; isso não acontecerá. Agradeço a todos. Os pequenos comerciantes estão prestigiados e confirmados, como afirmamos hoje. Terminamos essa segunda parte de respostas agradecendo ao Sr. Márcio Pinheiro, dizendo que aplicativos serão, sim, utilizados nos parques. Hoje em dia nós usamos um carro, já descemos de um Uber, de um táxi, podemos avaliar a hora, imaginem o que dá para se fazer para os parques. Tem tecnologia disponível não só para avaliar a qualidade dos parques, mas total transparência do processo,

de verba, de gastos, de qualidade, balancetes, e a lei que será aprovada nessa Casa. Então a utilização de aplicativos não só para medir a qualidade, mas para o painel de controle do parque, e para as metas que vão estar sendo controladas nos concessionários. Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Nós que agradecemos. Vamos conceder a palavra ao nosso querido Secretário Gilberto Natalini para que ele possa responder ao munícipe.

O SR. GILBERTO NATALINI – Só queria dar uma explicação, aproveitando que estamos na Câmara tanto com os Srs. Vereadores, como também com a comunidade, a respeito da situação do manejo da zeladoria dos parques. Os contratos de manutenção e zeladoria dos parques de São Paulo acabaram em maio. Nós recebemos os contratos da gestão passada, com prazo de término em maio. Portanto, em maio, acabaram todos os contratos. Todos. De todos os parques, menos do Ibirapuera.

De março para abril, sabendo que iriam acabar os contratos, a Secretaria do Verde, sob a nossa orientação, fez o processo de licitação para fazer os novos contratos logo a seguir terminados em maio. Fizemos as licitações. As licitações foram andando, foram prosseguindo, maio acabaram os contratos, todos, menos o do Ibirapuera.

E nós só conseguimos a liberação dessas licitações para dar andamento no contrato novo, de novas empresas, a partir da semana passada. Houve uma demora do órgão fiscalizador – não nossa -, mas do órgão fiscalizador que é o Tribunal de Contas do Município, que desde abril até agora, reteve os contratos para análise e começou a liberar agora os contratos. Agora, há uma semana.

Então foram liberados: o contrato do parque do Carmo, que estava sem manejo, nem manutenção, esperando a liberação da licitação; o contrato do parque Ibirapuera, faz três dias; os contratos dos parques da zona Leste, são 37 parques, faz cinco dias; e, agora, estamos aguardando a liberação dos contratos dos parques da zona Norte, da região Centro-

Oeste; o parque da Aclimação está sem manejo e manutenção desde maio e ainda não liberou, portanto, não temos condição de contratar a empresa, porque ainda não foi liberado o contrato da Aclimação. O senhor tem razão de reclamar, e outras pessoas também têm razão, só que nós estamos atuando sem contratos, porque acabaram em maio. Vou repetir: acabaram os contratos em maio e estamos aguardando o órgão fiscalizador liberá-los. Faltam as zonas Norte, Centro-Oeste e Sul. Quer dizer, faltam mais de 70 parques que estão sem manejo e manutenção e não podemos contratar as empresas porque não estamos liberados na licitação para contratar.

Sr. Presidente, só para encerrar: quero também dizer que os contratos que fizemos esse ano, de manejo e manutenção dos parques, sem diminuição de equipes, ficaram pela metade do custo dos contratos que vinham sendo feitos anteriormente: 50% do custo sem diminuir equipe, sem diminuir o trabalho e o serviço oferecido ao parque. Estamos aguardando a liberação para retomar o manejo. Suprimos esse buraco, essa deficiência, essa situação fazendo um mutirão popular em parques.

Vou repetir: 66 parques, nós entramos com mutirão popular para recuperação. Mas o mutirão é bom, mas não é suficiente. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Sr. Secretário, o senhor que tanto conhecemos e trabalhamos há alguns anos nessa Casa, da sua transparência, da maneira que V.Exa. vê o patrimônio público. Agora, houve motivo para segurar isso?

O SR. GILBERTO NATALINI – Sr. Presidente, cada pessoa tem os motivos da sua vida. Na minha opinião, foi segurado além de ter motivo. Não quero dizer se houve ou não, porque respeito as instâncias de Governo, as instâncias de fiscalização, mas os nossos contratos, sinceramente, foram para lá bem redondinhos, inclusive, rebaixando em 50% o custo do serviço, que será o mesmo oferecido aos parques. Nós conseguimos, por exemplo, o parque do Carmo, se fosse pelos contratos antigos, seria 10,5 milhões, desculpa, R\$ 8,1 milhões. No nosso contrato, o parque do Carmo será por R\$ 4,1 milhões. O Ibirapuera, seria

R\$ 10,5 milhões. No nosso contrato, será de R\$ 5,5 milhões, sem diminuir serviços. Mas a democracia é assim, e estamos trabalhando para que todos os contratos sejam liberados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Sr. Gilberto Natalini. Com a palavra o Sr. Leoni Soares.

O SR. LEONI SOARES – Sr. Presidente Toninho Paiva, Srs. Vereadores, Secretário Poit e Secretário Natalini. Vou ler para que seja bastante rápido já que tempo é curto. “Considerando a baixa cobertura verde e áreas de lazer na cidade de São Paulo, vejo até com certo otimismo a transferência para a sociedade civil a administração dos parques por meio das concessões. Dessa forma, acredito que os parques e praças podem ser muito melhor utilizados pela população e gerar maior interesse pela preservação e, especialmente, os cuidados com as árvores da Cidade que carecem de mais atenção”.

No entanto, tenho dois questionamentos, Sr. Secretário. Primeiro, com relação à legislação ambiental, se teremos a certeza de que ela será totalmente respeitada e, Natalini, saber se a segurança dos usuários será compreendida em todas essas concessões. É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Sr. Leoni Soares. Com a palavra o professor Arlindo Amaro, arquiteto do Ipiranga. Gostaria de pedir a gentileza de ser rápido, para podermos correr um pouco mais para que todos falem.

O SR. ARLINDO AMARO – Ok. Boa noite a todos. Sou Arlindo Amaro, da região do Ipiranga, mais próximo do parque da Independência. Estava conversando agora com um amigo, parabéns à Mesa por essa iniciativa. Afinal, estamos discutindo uma situação que a sociedade nem tem conhecimento do projeto. A maioria das pessoas, eu por exemplo, não leu o projeto. Estamos discutindo isso aqui virtualmente. Seria ideal distribuir uma cartilha, uma cópia desse projeto para que conhecêssemos melhor e ter uma discussão mais ampla sobre esse assunto.

Nas questões do parque, sou assim favorável a uma melhoria, uma qualidade de vida melhor nos parques da Cidade, como foi citado são 107 parques. Temos lá no Ipiranga o parque da Independência, temos um terreno anexo ao parque da Independência. E havíamos discutido diversas vezes com o Secretário do Verde, o Dr. Gilberto Natalini, sobre um terreno de 22 mil metros quadrados, decretado como área de utilidade pública em 2005 pelo Prefeito Serra que está abandonado.

E o parque da Independência Nacional está totalmente abandonado, largado, está caindo. Eu frequento o parque e é uma vergonha nacional, sobre o qual, e inclusive sobre nenhum, no que se refere ao saneamento dos parques. O parque do Ibirapuera recebe o esgoto do córrego Sapateiro e o parque da Independência recebe o esgoto de todo o córrego do Ipiranga, que são dez quilômetros, então recebe toda a enxurrada de esgoto que passa por dentro do parque da Independência.

Então deveria ser falado também quem irá cuidar, principalmente, do saneamento básico dentro dos parques, bem como o lago do parque do Ibirapuera, que é uma vergonha, uma sujeira, cai ali muito esgoto e todo mundo sabe disso. E todo mundo fica assim dizendo que está acostumado com o cheiro do bode. Não é assim, ficar acostumado. E todo mundo diz: “É assim mesmo, a praça da Sé é assim, o lado da Cracolândia também é assim e não podemos fazer nada”.

Então precisaria, primeiro, conhecermos melhor, entender e compreender a situação desse projeto de lei para podermos fazer uma certa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – O senhor, por gentileza, pode concluir.

O SR. ARLINDO AMARO – Ok. E precisamos também reerguer o parque Dom Pedro e o famoso parque Xangai, que estaria abandonado. Vamos criar novos parques, mas vamos fazer os parques com conhecimento e com compreensão à Cidade. Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Sr. Arlindo. Com a palavra o Sr. Rubens Bossi. (Pausa) Ausente. Com a palavra a Sra. Sueli Moreti.

A SRA. SUELI MORETI – Boa noite. Importante assim: nessas audiências, realmente dar tempo para a comunidade falar. Gostaria de fazer algumas perguntas rapidinho.

Queria saber por que não abriu esse debate nas reuniões com a população antes do envio do projeto à Câmara? Por que a pressa da Câmara na votação, sendo aprovado esse projeto na madrugada? E, sem aprovação ainda na segunda votação, por que já saiu o PMI e já foram autorizadas 21 empresas, que está lá no site da Secretaria de Desestatização? E, além disso, o projeto já está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Então está transparente, pois está no site.

A SRA. SUELI MORETI – Acho que é minha vez, não? Estou com direito à palavra.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Não, mas a senhora não pode fazer uma coisa que não é a verdade.

A SRA. SUELI MORETI – E, além disso, o projeto está...(Pausa) (Risos) É demais, né? E, além disso, o projeto está sendo... os bens públicos estão sendo vendidos, o Prefeito Doria foi para o Emirados Árabes, hoje está na China, então o que queremos é a transparência, é o debate, é a participação com a comunidade. Não só consultar o mercado e, sim, o maior interessado: a população da Cidade.

E eu sou solidária, sim, à Secretaria do Verde, conheço sim o trabalho do Secretário Natalini. Acho que nós temos de ser, e não pode ser considerada Secretaria do Verde uma Secretaria menos importante. Ela tem um papel fundamental para a Cidade, seja na questão ambiental, seja na questão da Saúde pública. É inconcebível uma Secretaria do Verde, dessa importância, não pode ser levada à terceira categoria. Nós temos de lutar é para um Orçamento digno nessa Secretaria, é inconcebível um Orçamento de 0,3% na Secretaria do Verde. Então toda minha solidariedade à Secretaria do Verde.

E não quero deixar de discutir isso. Quero discutir, mas com transparência e a comunidade entendendo o que está sendo esse processo todo. É só isso que a gente pede. Vamos lá, junto à comunidade, discutir com todos. Eu sou do Movimento Parque Chácara do

Jóquei, sou do Conselho Gestor do parque. Há 16 anos nós lutamos por aquele espaço privado para que se tornasse um espaço público. Há um ano e meio nós conquistamos isso, virou um parque lindo e maravilhoso. Queremos participar das decisões daquele parque. E a comunidade tem de ser consultada. Foi assim que nós constituímos aquele parque e assim que estamos estabelecendo uma relação ainda com o Secretário Natalini. Então respeito sim e tenho direito a falar, por isso dessa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigada. Com a palavra a Sra. Maria Gecilda da Silva. (Pausa) Ausente. Ah, desculpe, está.

A SRA. MARIA GECILDA DA SILVA – Boa noite a todos. É Maria Gecilda. A minha pergunta é dos meus companheiros, a maioria dos vendedores do parque do Ibirapuera. Quando se fala em fomentar, quer dizer, vai ter padronização dos carrinhos ou quiosques, vou ter de desembolsar quanto para continuar trabalhando no parque do Ibirapuera? Essa é minha pergunta pessoal.

E, para regulamentar nossa situação como vendedores ambulantes dentro do parque do Ibirapuera, eu estou fazendo essa pergunta há 26 anos, o que temos de fazer, o que precisamos fazer? Porque já estivemos em várias gestões na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e até hoje não sabemos o que temos de fazer para regulamentar nossa situação dentro do parque do Ibirapuera, como vendedores. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a Sra. Maria Gecilda. Com a palavra o Sr. Guilherme Coelho. (Pausa) (Ausente)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Qual sua graça, qual seu nome? Olha, tenho todas as folhas aqui, vamos ver se o senhor está inscrito. Não tem problema nenhum. (Pausa) Pode falar. Com a palavra o Sr. Otacílio Ribeiro, havia passado, mas é o 13º que se inscreveu.

O SR. OTACÍLIO RIBEIRO – Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão. Boa

noite a todos. Sou do parque público do Campo de Marte. Essa área, Sr. Secretário e Srs. Vereadores é ocupada por nós e pela comunidade há 50 anos. Nós proporcionamos lazer e cidadania a toda população da zona Norte, em Santana, há 50 anos, sem qualquer verba pública.

E essa semana um pleito nosso de muitas décadas o Prefeito Doria conseguiu contemplar que é fazer o parque público do Campo de Marte, só que nós queremos, Srs. Vereadores, que nos ouçam, afinal, estamos lá há 50 anos ocupando a área. É o único resquício do futebol de várzea de São Paulo. São seis campos de várzea, com diversos equipamentos, áreas sociais, áreas comunitárias, lúdicas, tudo bancado pela comunidade, sem um centavo de dinheiro público.

E, Sr. Secretário Natalini, o parque público comporta área de esportes como vocês mesmos aprovaram, em 2013, através da Lei 15.928 de 2013 do Vereador Orlando Silva. Então ali tem condições de se continuar com nossa área de esportes dentro de uma área de 400 mil metros. Nós ocupamos 40 mil metros, que são 10% da área e a lei contempla área de esportes dentro de um parque público.

Então Srs. Vereadores e Srs. Secretários nos olhem com carinho, nos coloquem na conversa nessa negociação com a Aeronáutica, porque ocupamos lá legalmente há 50 anos. Legalmente e juridicamente, há um processo do qual somos parte, na 12ª Vara Federal de São Paulo, que foi dado sentença que nós podemos ocupar a área. E há um processo há 60 anos, ainda em trâmite, no Supremo Tribunal Federal, discutindo de quem é a posse dessa área. Essa área não tem posse, ela não é da Prefeitura nem da União, porque não foi deferido ainda e transitou em julgado a sentença.

Então peço a todos, Secretários e Vereadores, que na reunião de 7 de agosto entre a Aeronáutica e a Prefeitura que nós possamos fazer parte, porque têm de dar atenção para nós. Repito: estamos lá há 50 anos ocupando essa área e proporcionando lazer para mais de dez mil pessoas, semanalmente, gratuitamente, tudo nossas despesas, sem nenhum centavo

público. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado. Vamos ceder um minuto ao Sr. Valdir Moura que não estava inscrito, conforme a palavra do Secretário Gilberto Natalini.

O SR. VALDIR MOURA – Boa noite, sendo que nós somos de Guaianases, da Pastoral da Moradia, é o seguinte, falando por Guaianases, estamos falando do parque Guaratiba, aliás queria uma resposta do Sr. Gilberto Natalini, porque também sou do Cades, e participamos dos conselhos de parques. Portanto, temos lá o parque Guaratiba em Guaianases que, justamente está abandonado.

Tivemos um caos muito grande, um abandono muito grande em Guaianases e tem lá uma ampliação desse parque, que hoje está abandonado lá. Gostaríamos de saber do Sr. Gilberto Natalini se vai dar continuidade da ampliação do parque Guaratiba, lá em Guaianases. Queremos saber de todos aqui na Câmara, porque justamente não sabemos de nada, como está de fato acontecendo.

Lá está um verdadeiro abandono, Guaianases e suas praças. Temos realmente um caos lá em Guaianases. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Sr. Valdir.

O SR. DALTON SILVANO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Pediria só para o Sr. Secretário responder.

O SR. GILBERTO NATALINI – Só respondendo a ele, o parque Guaratiba ele não é ainda um parque integrado com a Secretaria do Verde. Ele é um parque que começou e está naqueles 38 parques que estão aguardando para dar continuidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GILBERTO NATALINI – Sim, senhor. Nós recebemos assim. Foi assim que nós recebemos. E é assim que estou dizendo a você. E não só ele, por exemplo, parque Ribeirão Colonia. São 38 parques que vieram, foram nomeados, mas não foram instituídos como parques. Então se nós tivermos recursos orçamentários, queremos ir continuando parque

a parque, construindo.

Está abandonado? Não é de hoje. Já está abandonado há um tempão. E nós precisamos dar continuidade e temos dado continuidade em vários parques, inclusive o parque Augusta que vai inaugurar daqui a pouco.

O SR. DALTON SILVANO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Pela ordem, o nobre Vereador Vice Líder do Governo Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, não me inscrevi até porque sempre entendo que audiência pública é para ouvir as pessoas, mas aí até em função da fala de duas pessoas, gostaria só de me manifestar rapidamente. Uma delas é meu colega Amaro que falou sobre o parque da Independência que, há dois anos, temos colocado verba no Orçamento, mas, infelizmente, pelas questões financeiras pelas quais passa o País, não foi disponibilizado R\$ 1 milhão em verbas, inclusive para fazermos a obra no anexo do parque da Independência.

Esse ano, juntamente com o Vereador e agora Secretário Gilberto Natalini que já fez um estudo daquela área, temos mais verbas a serem disponibilizada pelo atual Governo e pelas quais estamos aguardando a liberação e, por problema de verba, não estamos podendo fazer. Estamos aguardando para poder fazer a obra no parque da Independência.

E, com relação ao que disse a Sra. Moreti, pediria até respeito, porque primeiro nós não votamos esse projeto na calada da madrugada, pois começamos a discutí-lo dois dias antes e a” hora que se começa a discutir um projeto, a exemplo do próprio Congresso Nacional, que vota projetos de madrugada, acabamos ao final de muitas discussões – substitutivos e emendas – votando em altas horas. É até lamentável que as pessoas falam e se retiram do plenário. Eu nunca fiz isso. Se é para discutir com a comunidade, a pessoa tem de ficar aqui para discutir com a comunidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. DALTON SILVANO – Então, por favor, vai ouvir. Nós discutimos até altas

horas da noite e votamos altas horas de noite, porque se vota à noite é porque vota à noite, se não trabalha é porque não trabalha, e se trabalha até de madrugada é porque trabalha até de madrugada. Então tem de parar com esse discurso surrado ali do plenário.

Era isso que eu queria dizer e parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. E esse processo está realmente sendo conduzido de maneira transparente e os senhores Vereadores, Vereador Claudio Fonseca, representam, sim a comunidade. Quando se fala que tem de discutir com a comunidade, os Vereadores são a comunidade, os Vereadores representam a comunidade e falam pela comunidade. E a audiência pública é para isso: para que se possa, aqui, discutir, e vocês são a comunidade. Muito obrigado e parabéns Sr. Secretário pela exposição também.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado. Tem a palavra, para esclarecer, o Sr. Wilson Poit.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. WILSON POIT - Para encerrar, então, para agradecer.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Olha, nós vamos ter várias audiências aqui, a senhora está convidada a participar. (Palmas)

O SR. WILSON POIT – Queria agradecer a presença de todos e, das últimas pessoas que falaram também, com todo o respeito, quero dizer à Sra. Maria Gecilda que a regularização da situação dentro do parque, acho que agora chegou a hora, e ela será feita, pois vai constar do contrato. (Palmas) E vai constar da lei que o concessionário fomenta e absorva os permissionários que já trabalham lá.

À Sra. Sueli, apenas também complementando, eu diria que a transparência desse debate está acontecendo. Acho que a lei está sendo construída, nós estamos aqui fazendo isso. Não temos pressa porque queremos fazer direito. E estamos fazendo isso, acho que a pressa, veja, tem muitas outras audiências também.

E gostaria de dizer que a legislação ambiental e segurança, como foi falado aqui pelo Sr. Leoni, está super garantida. O projeto de lei também, para quem disse aqui, como o Sr. Arlindo, consta, está no site, está em todos os sites, inclusive no site da nossa Secretaria para que esse primeiro projeto já possa ser consultado. Muito obrigado a todos. Até amanhã e boa noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradecemos a presença de todos vocês aqui que ilustraram a audiência pública, com bom comportamento, com muita atenção, é isso que precisamos de todos os aqui. Muito obrigado a todos os Parlamentares e a presença de todas as autoridades aqui. Muito obrigado. Boa noite.